

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Havana Maria Ribeiro Alves

De Economia Política à Economia: relação entre a alteração da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo na teoria econômica

Florianópolis/SC

2023

Havana Maria Ribeiro Alves

De Economia Política à Economia: relação entre a alteração da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo na teoria econômica

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof. Ricardo Lara, Dr.

Florianópolis/SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Havana Maria Ribeiro

De Economia Política à Economia : relação entre a alteração da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo na teoria econômica / Havana Maria Ribeiro Alves ; orientador, Ricardo Lara, 2023.

66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Teoria do Valor. 3. Economia Política. 4. Marginalismo. I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Havana Maria Ribeiro Alves

De Economia Política à Economia: relação entre a alteração da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo na teoria econômica

Florianópolis/SC, 03 de julho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ricardo Lara, Dr. Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ronivaldo Steingraber, Dr. Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jonaz Gil Barcelos, Dr. Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente
Ricardo Lara
Data: 06/07/2023 09:26:56-0300
CPF: ***.049.618-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Ricardo Lara

Orientador

Florianópolis/SC

2023

À memória de Mário Alves, meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa feliz e injusta. Injusta, pois, pela necessidade de ser sucinta, decerto deixarei de contemplar pessoas importantes. Certa que não sairei isenta dessa injustiça nessa feliz tarefa, registro aqui minha gratidão.

Começo agradecendo aos queridos amigos de Florianópolis, os quais me receberam com um aconchego capaz de suportar a saudade do Cariri. Destaco aqui alguns: Jonaz, Aline Justino, Daniel (o palmeirense), Clara, Mamadu, Nalá, Selma, Maicon, Claudemir, Sabrina, Tereza, Ester, Priscila,, Késia, Janaína, João Paulo, Juliana, dentre tantos outros (as) – que mesmo não mencionados aqui, em algum momento dessa caminhada me ofertaram sua amizade: minha sincera gratidão.

Agradeço, em especial, aos queridos Leandro e Cláudio que me receberam em Florianópolis com imenso carinho e me apresentaram parte considerável do que conheço desta cidade.

À minha fortaleza e porto seguro ao longo de quase dois anos em Florianópolis: Nadjanine e Bella.

Àos professores e funcionários vinculados ao Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

À Ricardo Lara, um imenso agradecimento pelo companheirismo ao longo dessa caminhada. Agradeço pelos ensinamentos, confiança, cuidado, e, sobretudo, pela horizontalidade em que conduz os processos pedagógicos. Agradeço imensamente pelo apoio e confiança nesse trabalho, em meio à urgência.

À Ronivaldo, pela relevante contribuição à minha formação ao longo das disciplinas do curso de Ciências Econômicas. Agradeço também pela prontidão em que aceitou o convite para compor a banca examinadora deste trabalho.

Ao Jonaz, pelos excelentes diálogos, figurinhas revolucionárias e parceria construída no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Pelo aceite do convite em participar desta banca examinadora: muito obrigada!

Ao Francisco Teixeira, ao lado de quem, ainda na graduação, dei os primeiros passos na pesquisa e muito aprendi. Agradeço pela amizade que ultrapassou a universidade e nos une até hoje.

Aos amigos que fiz ao longo do curso de graduação em Ciências Econômicas, iniciado na Universidade Regional do Cariri, presentes em minha vida até hoje: Nayara, Fernanda, Yunna, Marcelo, Luiria e Doda.

Aos queridos colegas de trabalho na Universidade Regional do Cariri, entre os anos de 2015 e 2017, até hoje grandes amigos: Aline, Marília, Altamira, Dani e Evanio. Cada um, ao seu modo, contribuiu afetivamente em cada linha escrita. Agradeço pelo encontro de alma no tempo em que estive em Iguatu.

À minha mãe, Meire Ribeiro, por todo amor que me dedica – amor que só uma mãe consegue dedicar e à memória daquele que, desde muito cedo, me instigou a não olhar o mundo com as lentes da conveniência: Mário Alves, meu pai. Agradeço pela vida.

Não satisfeita em me presentear com pais maravilhosos, a vida me concedeu dois presentes de igual magnitude: José Ribeiro, meu tio - a quem certamente herdei a paixão por livros e dedico um amor de pai; e Rosana Maria - tia, madrinha e (quase) mãe, sempre ao meu lado, apoiando e incentivando em todos os momentos, sobretudo na minha ida à Florianópolis.

À memória da minha querida avó Alzira, quem me apresentou o amor de vó que tanto sinto saudade.

Ao meu querido irmão Alvinho, pelo eterno amor que nos une e à minha querida cunhada Patrícia, pelo carinho e cumplicidade.

À Maria Valentina e Ana Luiza, minhas amadas sobrinhas, agradeço pelo olhar suave de criança que me desperta um amor grandioso e a esperança de um mundo melhor.

À Emanuelle Moreira, minha Manu, agradeço pelo apoio em dias difíceis e pela felicidade compartilhada. Que a gente siga desejando as melhores coisas e apostando no amor.

Aos que foram importantes nessa jornada e não contemplei neste momento: gratidão!

(...) Só me abalanzo a expor a coisa observada e sentida.

Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere* (1953)

RESUMO

O estudo em tela objetiva investigar a relação entre a mudança da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo na teoria econômica. Para tanto, analisa a teoria do valor em Marx a partir dos avanços e rupturas com a Economia Política Clássica e o processo de acumulação capitalista no final do século XIX frente aos movimentos de concentração e centralização do capital. Por fim, à luz da exposição da teoria do valor em Marx, demonstra o surgimento do marginalismo neoclássico e da teoria subjetiva do valor na ciência econômica. Esse estudo, de natureza qualitativa, apresenta três capítulos inter-relacionados e realiza-se mediante pesquisa bibliográfica, consistindo na exposição dos pressupostos analíticos que subsidiam a apreensão do problema de pesquisa.

Palavras-chave: Teoria do valor; Economia Política; Marginalismo; Valor utilidade; Valor Trabalho.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the relationship between the change in the socioeconomic structure of capitalism and the emergence of marginalism in economic theory. To do so, it analyzes Marx's theory of value from the point of view of advances and ruptures with Classical Political Economy and the process of capitalist accumulation at the end of the 19th century in the face of movements of concentration and centralization of capital. Finally, in the light of the exposition of the theory of value in Marx, it demonstrates the emergence of neoclassical marginalism and the subjective theory of value in economic science. This study, of a qualitative nature, presents three interrelated chapters and is carried out through bibliographical research, consisting of the exposition of the analytical assumptions that subsidize the apprehension of the research problem.

Keywords: Theory of value; Political economy; Marginalism; Utility value; Work Value.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivo Específico.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA	14
1.3 METODOLOGIA	15
2 A TEORIA DO VALOR EM MARX A PARTIR DOS AVANÇOS E RUPTURAS NA TEORIA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA.....	21
2.1 A TEORIA DO VALOR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA	22
2.1.1 Valor na perspectiva de Adam Smith.....	23
2.1.2 Valor na perspectiva de David Ricardo	27
2.2 A TEORIA VALOR TRABALHO EM MARX	31
3 A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO FINAL DO SÉCULO XIX FRENTE AOS MOVIMENTOS DE CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL	36
3.1 MOVIMENTO TENDENCIAIS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	39
3.2 E OS TRABALHADORES? ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA	41
4 SURGIMENTO DO MARGINALISMO NEOCLÁSSICO E DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR NA CIÊNCIA ECONÔMICA	45
4.1 O NOVO PARADIGMA NA ECONOMIA POLÍTICA: A TEORIA SUBJETIVA DO VALOR.....	46
4.2 A PERSPECTIVA IDEOLÓGICA DO MARGINALISMO	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A ciência econômica surge como Economia Política¹. Esta ciência, denominada de Economia Política ao longo de considerável parte do século XIX, buscava descobrir as leis que governam a produção da riqueza social e sua distribuição entre as diferentes classes da sociedade, a saber: capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra. Contudo, nos últimos anos do século XIX, notadamente a partir da publicação da obra “Princípios da Economia” de Alfred Marshall, em 1890, generaliza-se o termo “Economia” como denominação a esta ciência.

Entendemos que esse processo não se trata de uma mera mudança terminológica. Não aparenta ser coincidência que a mudança da estrutura socioeconômica do capitalismo (surgimento do capital dos monopólios) se dê concomitante ao aparecimento do marginalismo na teoria econômica. Um dos elementos indicativos desta afirmativa consiste no fato que, ao passo que a teoria do valor-trabalho, a partir da análise e exposição marxiana, oferecia os nexos explicativos da mais-valia e vinculava-se aos interesses da classe trabalhadora; a teoria do valor utilidade se apresenta na trincheira da defesa dos interesses da classe possuidora dos meios de produção.

É a partir desse prisma que este estudo investiga o surgimento do marginalismo na teoria econômica organicamente vinculada à mudança da estrutura socioeconômica do capitalismo, não como uma mera apresentação da evolução do pensamento econômico, ou, ainda, como um emaranhado de conceitos desconexos entre si; mas sim, a partir da investigação da teoria do valor como um conjunto de paradigmas que quando articulados entre si, explicam a dinâmica das relações sociais.

Assim sendo, em um primeiro momento este estudo dialoga com as obras de Adam Smith e David Ricardo. Este primeiro, no entender de Teixeira (2003, p. 09) arquiteta o edifício teórico da Economia Política. Porém, nesse processo, incorre numa série de contradições, que, se não eliminadas, comprometeria todo o edifício desta ciência, inclusive o estatuto de cientificidade. Coube à David Ricardo, eliminar as incoerências apresentadas por Smith no desenvolvimento da teoria do valor, o primeiro capítulo teórico deste estudo, portanto, abrangerá a compreensão deste processo.

1 “A expressão Economia Política, que tem origem no grego *politeia* e *oikonomika*, aparece, pela primeira vez, em 1615, quando Antoine Montchrétien (1575-1621) publica a obra *Traité de l'Économie Politique* [Tratado de Economia Política]. E embora surja em textos de François Quesnay (1694-1774), James Steuart (1712-1780) e Adam Smith (1723-1790), é apenas nos primeiros vinte anos do século XIX que passa a designar um determinado corpo teórico”. (BRAZ, NETTO; 2012, p. 28, grifos dos autores)

Posteriormente, o estudo em tela remete à importância do diálogo de Marx com as elaborações dos clássicos da Economia Política na construção do seu edifício categorial, uma vez que no decorrer do longo processo de sua elaboração teórica, Marx percebe os limites de Adam Smith e David Ricardo no tocante a compreensão e apreensão de todas as consequências da mais-valia.

Consideramos a questão metodológica (noutras palavras: as amarras do método utilizado) como ponto central para os economistas políticos clássicos não terem avançado no sentido da extração de todos os efeitos da mais-valia. Na esteira dessa afirmação, refutamos como linha argumentativa explicações de cunho moralista ou simplista as quais, não raramente, desembocam na desconsideração da relevância dos economistas clássicos (especialmente Smith e Ricardo) na construção do pensamento de Marx. Ao longo dos dois próximos capítulos deste estudo, o leitor compreenderá o porquê de considerarmos de ordem metodológica as limitações dos clássicos da economia política clássica.

Destarte, é importante ressaltar que a teoria de um autor, ao passo que é construída a partir de elaborações anteriores, também serve de “matéria-prima” para a produção de novos conhecimentos. É dessa perspectiva que autores da envergadura teórica de Marx devem ser lidos na atualidade. Dito de outro modo: Marx parte de elaborações anteriores (a saber: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês), exaure suas potências explicativas, se apropria deste conhecimento numa perspectiva radicalmente crítica para, neste processo, avançar na construção do seu edifício teórico e categorial.

Ainda introdutoriamente, é interessante direcionarmos o olhar do leitor ao cerne do que será apresentado no último capítulo deste estudo. A ciência econômica, por ser uma ciência social, provém de um conjunto de tradições filosóficas antagônicas, portanto é composta por tradições teóricas divergentes e, não raras vezes, opostas entre si.

À Economia Política, na visão dos seus autores clássicos, notadamente Adam Smith e David Ricardo, interessava a compreensão da sociedade que estava surgindo na crise do Antigo Regime. Assim, o objeto de estudo desta ciência (a sociedade capitalista) é estruturalmente sustentada por conflitos de classes e, uma sociedade marcada por antagonismos de classes apresenta formas diferentes (e não raras vezes, conflitantes) para apreensão da realidade. Por isso, no interior desta ciência, discrepantes teorias econômicas se apresentam para explicar a sociedade capitalista. Com este direcionamento, a compreensão do leitor acerca da essência do marginalismo econômico e da teoria subjetiva do valor, exposta no último capítulo, melhor fluirá.

Com essa projeção, o presente artigo almeja investigar o surgimento do marginalismo na teoria econômica organicamente vinculada à mudança da estrutura socioeconômica do capitalismo. Nesse sentido, as principais inquietações que perpassam esse estudo são: Como se dá a acumulação do capital no final do século XIX? Ou, dito de outro modo, como se dá a dinâmica de conversão de mais-valia em novo capital no final do século XIX? Nesse processo, como operam os movimentos de concentração e centralização do capital? Qual a relação desse contexto econômico com o surgimento do marginalismo neoclássico e da teoria subjetiva do valor nas ciências econômicas? O fio condutor de resposta aos questionamentos supracitados deu-se a partir dos objetivos apresentados a seguir.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Investigar de que forma a mudança da estrutura socioeconômica do capitalismo relaciona-se com o surgimento do marginalismo na teoria econômica.

1.1.2 Objetivo Específico

- Compreender a teoria do valor em Marx a partir de avanços e rupturas na teoria da Economia Política Clássica;
- Analisar a acumulação capitalista no final do século XIX frente aos movimentos de concentração e centralização do capital;
- Demonstrar a relação entre a mudança da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo neoclássico e da teoria do valor utilidade na ciência econômica.

1.2 JUSTIFICATIVA

Uma das consequências do movimento marginalista nas ciências econômica é a matematização desta ciência. Nesse contexto, a economia neoclássica consolida-se como matriz explicativa das dinâmicas econômicas na maioria dos cursos de Economia.

Desse modo, sobreleva-se a importância da consolidação de estudos acerca dos fundamentos da economia política no âmbito da graduação, sobretudo porque “a economia

neoclássica tem cada vez mais assumido a forma de análises matemáticas esotéricas, a ponto de um estudante de Economia poder passar anos aprendendo os instrumentos e as técnicas de análise, sem conseguir perceber os valores filosóficos e sociais subjacentes à análise” (HUNT; LAUTZENHEISER; 2012, p. 552).

À vista disso, torna-se elementar estudos dentro da formação básica que resgatem a Economia Política clássica e o pensamento de Marx, visando contribuir no constante aprimoramento dos estudos na área, bem como na sua necessária sistematização.

Não sem razão, Carcanholo (2021) afirma que a economia “faz parte de uma realidade social e histórica que é ontologicamente complexa e aberta, não passível portanto de ser apreendida como ela não é, simples e pré-determinada”. No decorrer do levantamento bibliográfico, verificou-se uma relevante quantidade de produções que tratam o surgimento do marginalismo econômico como ele não é: simples e simples e pré-determinado. De tal sorte, a relevância deste estudo se situa na lacuna deixada por algumas análises que caracterizam o surgimento do marginalismo na teoria econômica sem mergulhar na dinâmica de acumulação capitalista e, portanto, não conseguem extrair todas as consequências desse processo para a ciência econômica.

Assim, as questões de pesquisa levantadas por este estudo refletem importantes preocupações teóricas, políticas e ideológicas no âmbito das ciências econômicas e serão respondidas a partir do método e procedimentos metodológicos expostos a seguir.

1.3 METODOLOGIA

Face ao objeto de pesquisa apresentado, realizaremos movimentos que permitiram sucessivas aproximações ao objeto com a finalidade de apreendê-lo em seu movimento real - reproduzindo este movimento real no pensamento, transformando, desse modo, o “concreto” em “concreto pensado”.

Pelo exposto, temos que a investigação da relação entre a mudança da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo na teoria econômica, requer o manejo da relação entre aparência e essência. Nesse sentido, é necessário, *a priori*, pontuarmos duas relevantes características sobre a *aparência* da sociedade capitalista. Primeiramente, “ela não é resultado de um erro ou engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da

realidade, tão real quanto a sua oposta, a essência²”. A segunda característica que convém destacar “é o fato de que ela resulta diretamente da observação da realidade, mas desde um ponto de vista particular, específico: do ponto de vista individual e isolado”. (CARCANHOLO, 2003, p. 77 - 78).

Carcanholo (2003) apresenta a relação das características da *aparência* com a *essência* do sistema capitalista, evidenciando que há uma superioridade da última em relação à primeira. Expõe, para tanto, as seguintes razões:

(...) em primeiro lugar porque só ela [a essência] é capaz de permitir a lógica e estruturada compreensão sobre os nexos mais íntimos da realidade, possibilitando prever as potencialidades do seu desenvolvimento, dos seus destinos possíveis. Em segundo, porque, a partir dela, com os instrumentos que fornece é possível entender todas as características da aparência, além de explicar a razão pela qual a aparência deve ser necessariamente como é. Em certo sentido, a essência contém dentro de si a própria aparência. (CARCANHOLO, 2003, p.78)

Partindo dessa perspectiva, o objetivo do pesquisador consiste em transitar do ponto de partida do conhecimento, a saber: o nível da aparência e capturar a essência do objeto. O método de pesquisa, a partir desse movimento, propicia o conhecimento teórico.

Em *Dialética do Concreto*, Kosik aprofunda essa questão quando afirma que é:

(...) profundamente errônea a hipótese de que a realidade no seu aspecto fenomênico seja desprezível para o conhecimento filosófico e para o homem; deixar de parte a aparência fenomênica significa barrar o caminho ao conhecimento do real. (KOSIK, 2002, p.68).

À vista disso, nossa argumentação se enreda a partir da premissa de uma articulação dialética entre aparência e essência como instância necessária para se conhecer o real. Nesse momento, o leitor mais atento deve se perguntar como se expressa essa articulação na obra de Marx, dado, sobretudo, nossa defesa ao longo desse estudo acerca da indissociabilidade entre teoria e método na obra deste autor. Teixeira nos direciona no tocante a essa questão, uma vez que, no seu entender:

(...) pensar essa relação entre essência e aparência na sua unidade necessária significa olhar o mundo do capital da sua totalidade, o que exige que se passe do nível da representação dos capitais individuais para o do capital social, global; ou, se se preferir: *do nível das relações individuais para o das classes sociais. Essa passagem não é apenas passagem lógica, ela tem peso ontológico.* (TEIXEIRA, 1995, p. 149, grifo nosso).

2 “(...) O erro não está na aparência e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas **na crença de que a realidade tem só uma dimensão.** O equívoco sobre o capitalismo consiste em pensar que a realidade é unidimensional, ou melhor, não saber da sua bidimensionalidade.” (CARCANHOLO, 2003, p. 77, grifo nosso).

Em *O Capital* é notório o manejo da articulação dialética entre essência e aparência no pensamento de Marx. Algumas passagens do livro primeiro explicitamente apresentam esse movimento, a exemplo da frase que abre o primeiro capítulo desta obra “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1985, p. 45). O autor parte do que caracteriza a aparência imediata da sociedade capitalista (uma “imensa coleção de mercadorias” em fluxo contínuo e renovável) para entranhar-se na sua essência a partir da apresentação dos fatores que compõem a mercadoria e do caráter do trabalho nelas representado.

Em algumas passagens de *O Capital*, a expressão “*aparece*” não é fruto de qualquer aleatoriedade, ao contrário, remete à aparência e carrega o peso da articulação dialética entre essência e aparência operada por Marx. No avançar do primeiro capítulo da supracitada obra, o autor novamente destaca a aparência como ponto de partida para compreensão da sua construção categorial na seguinte passagem: “A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. (...) Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim”. (MARX, 1985, p. 49).

Diferente de concepções reducionistas divulgada em manuais, é no mergulho dos próprios textos de Marx em que se torna possível a compreensão do seu método sob um prisma analítico mais amplo. Isso porque, o método em Marx trata-se de uma longa elaboração teórica, com ponto de partida nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, culminando na construção de *O Capital: crítica da economia política*. Noutras palavras, o método em Marx consiste no método utilizado por este autor para o estudo da sociedade burguesa – dado que este consiste no seu objeto de estudo.

Marx, por está ancorado no método dialético, não recusa a relação de contradição entre essência e aparência (ao contrário!), por entender que se trata de uma contradição real e não subjetiva, aceita essa contradição. Consequentemente, para quem tem a pretensão de chegar ao real, tem de acatar essa contradição, assim como procede Marx nessa passagem de *O Capital*:

o processo de troca das mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual as contradições reais se resolvem. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve. (MARX, 1985, p. 93)

Com efeito, pelo exposto, a abordagem acerca do método marxiano deve considerar o percurso teórico-metodológico deste autor. No conjunto de sua vasta obra poucas foram as

páginas³ em que, efetivamente, Marx escreve acerca do seu método, haja vista que a compreensão do seu método está na leitura da sua obra. No entender de Lukács (2018) isso ocorre porque “a orientação essencial do pensamento de Marx era de origem ontológica e não epistemológica”. Segundo aquele autor:

(...) todo leitor imparcial de Marx deve notar que todas as suas proposições concretas, se corretamente compreendidas sem os preconceitos em moda, são pensadas por último como proposições diretas sobre um ser, portanto, puramente ontologicamente. (LUKÁCS, 2018, p. 559)

Por outro lado, Lukács (2008) afirma que não há em Marx:

uma declaração acerca do tratamento independente dos problemas ontológicos; nunca empreendeu um tratamento sistemático ou sistematizador da determinação do lugar destes no pensamento, sua demarcação com a gnosiologia, com a lógica etc. Esses dois aspectos internamente conexos estão indubitavelmente ligados. (LUKÁCS, 2018, p. 559)

Em resumidas contas, o pensamento de Marx atua no real para, por via desse processo, verificar questões epistemológicas e metodológicas necessários para o conhecimento deste real.

O percurso metodológico, portanto, busca reproduzir o movimento do real no pensamento, transformando o concreto em concreto pensado. No entender de Netto:

A realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. (NETTO, 2011b, p. 44)

Netto (2011b) considera que: “não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, analisar o método sem a necessária referência teórica e, igualmente, a teoria social de Marx torna-se ininteligível sem a consideração do seu método”. (NETTO, 2011b, p 54). A argumentação supracitada representa o cuidado de não marginalizar ou relegar a uma nota de rodapé, a indissociável conexão entre elaboração teórica e formulação metodológica presente na obra de Marx. Por essa indissociável conexão não se pode abordar o método em Marx em si mesmo, sem a articulação com a sua elaboração teórica.

Na perspectiva que adotamos, o método crítico dialético, há uma prioridade ontológica do objeto em relação ao sujeito. Nesse sentido, Tonet afirma que é “(...) a realidade objetiva (o objeto), no seu modo próprio de ser, que indicará quais devem ser os procedimentos metodológicos” (TONET, 2013, p. 112). Isso não significa, em nenhuma medida, que o papel do sujeito no processo de conhecimento seja meramente passivo, ao contrário: além de

³ Um momento em que Marx escreve acerca do método pode ser encontrada na obra *Crítica da Economia Política*.

fundamental, “o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a essência, a sua estrutura dinâmica” (NETTO, 2011b, p 25)

Como já exposto, o caminho metodológico para desvelar o real requer que o sujeito realize movimentos que permitam a transformação do *concreto* em *concreto pensado*. Nesse prisma de análise, Tonet (2013) afirma que a ontologia marxiana:

(...) mostrou, anteriormente, que a realidade é uma articulação entre singularidade, particularidade e universalidade. (...) Desse modo, nenhum objeto é uma pura singularidade e nem é algo absolutamente desconhecido. (...) [À vista disso] o caminho que nos leva do desconhecido ao conhecido não é absolutamente desprovido de qualquer indicação. Ele é balizado por elementos genéricos (abstratos, gerais) que vão se tornando menos genéricos (abstratos) na medida em que se aproximam do objeto específico. Assim, se soubermos que algo está articulado com todos os outros elementos, isto é, que faz parte de uma totalidade maior, e, portanto, não é uma partícula sem conexão alguma, isto nos permitirá buscar quais são essas conexões e quais os outros elementos com os quais está conectado. Desse modo, aqueles elementos genéricos servirão, de algum modo, de orientação quanto ao caminho a ser seguido. (TONET, 2013, p. 113)

Nesse sentido, de maneira a responder ao nosso problema de pesquisa e contemplar os objetivos propostos, define-se, além da utilização do método dialético, os procedimentos metodológicos a seguir.

Os procedimentos metodológicos balizarão a necessária aproximação com o objeto de pesquisa visando apreendê-lo pelo seu movimento real. Convém destacar que os instrumentos e técnicas de pesquisa “são meios de que se vale o pesquisador para ‘apoderar-se da matéria’, mas não devem ser identificados como método” (NETTO, 2011b, p 26).

Dito isto, destaca-se que a pesquisa se realiza a partir da pesquisa bibliográfica, a qual permitirá alcançar uma ampla gama de informações e utilizar dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção e definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994).

Lima e Miotto (2007) afirmam que, não raramente, a pesquisa bibliográfica é confundida com revisão de literatura ou revisão bibliográfica. No entender das autoras isso acontece porque:

(...) falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que **a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.** (LIMA, MIOTTO; 2007, p. 38, grifos nossos)

Diante do exposto pelas autoras, reiteramos a importância da compreensão das fases da pesquisa bibliográfica. Segundo Salvador (1986) a pesquisa de caráter bibliográfico tem sua principal técnica na leitura; composta das seguintes fases, sendo executadas da seguinte maneira: - Leitura de reconhecimento do material bibliográfico: busca inicial das obras, para localizar e selecionar o material que pode apresentar informações referentes ao objeto; - Leitura exploratória: segunda leitura para verificar se as informações contidas nas obras selecionadas interessam de fato para o estudo; - Leitura seletiva: determinação das obras, relacionando-as diretamente aos objetivos da pesquisa; - Leitura reflexiva ou crítica: estudo crítico das obras selecionadas; - Leitura interpretativa: momento em que será relacionado as ideias contidas nas obras analisadas com os objetivos da pesquisa.

Nesse sentido destacamos que:

Não basta ler uma, duas, ou até três vezes o mesmo texto. É preciso parar para analisá-lo, criticá-lo, discuti-lo, questioná-lo, anotá-lo, sublinhá-lo, retê-lo, rephraseá-lo mentalmente e, quando necessário, em resumos escritos; é preciso captar com discernimento, analisar, associar, assimilar e reter com tenacidade, crescer através do desenvolvimento interno e não por agregação ou amontoamento desordenado de informações superficiais e assistemáticas (RUIZ, 2011, p. 47).

Por se tratar de um estudo eminentemente teórico, o procedimento metodológico que direciona a pesquisa precisa recuperar o conhecimento produzido sobre a temática para alcançar os objetivos anunciados. A condução da pesquisa requer apropriação de um acervo teórico que tem o seu sustentáculo nas obras de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Outros autores da tradição marxista citados ao longo do texto foram fundamentais para alcançar os objetivos deste estudo. No tocante à compreensão do surgimento do marginalismo na teoria econômica, as obras de Stanley Jevons, Carl Menger, Léon Walras mostraram-se indispensáveis.

2 A TEORIA DO VALOR EM MARX A PARTIR DOS AVANÇOS E RUPTURAS NA TEORIA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Quando Marx inicia sua jornada intelectual, no decurso do processo de desenvolvimento e consolidação da ordem burguesa, depara-se com a construção de uma teoria social sobre a sociedade burguesa. Essa teoria começa a surgir no século XVII e recebe o nome de *economia política*. Não ao acaso a principal obra deste autor intitula-se: “O capital: crítica da economia política”.

Assim, a elaboração teórica metodológica de Marx se dá balizada pelo legado dos dois principais expoentes da Economia Política Clássica, Adam Smith e David Ricardo, que formularam as linhas gerais de uma teoria social dessa sociedade.

Os autores supracitados captaram as tendências da ordem burguesa. Ao passo que reproduziram a dinâmica de funcionamento da sociedade, escamotearam alguns aspectos essenciais para compreensão do funcionamento desta sociedade. Esse processo de ocultação não se deu de forma intencional, nem muito menos foi fruto de um processo de desonestidade intelectual destes autores. Acredita-se, balizado pelos autores que dialogamos neste estudo, que o horizonte social e histórico em que eles escreveram ainda não permitia desnudar a natureza dessa sociedade e, como veremos ao longo do texto, o método por eles utilizado é, também, um fator importante nesse processo.

O ponto de partida para compreensão da exposição deste capítulo consiste em situar Marx como um legatário do trabalho realizado pela Economia Política Clássica, fato este que os estudiosos deste autor costumam desconsiderar.

À vista disto, o leitor mais inquieto deve perguntar: Mas, afinal, o que Marx deve a esta ciência? Ora, ainda sem a exposição dos elementos necessários para esta resposta, cabe-nos sinalizar, sumariamente, que sem a redução das formas em que aparecem a riqueza capitalista (são elas: renda, lucro, salário e juros) à sua fonte elementar: o trabalho de Marx teria a sua capacidade de compreensão da sociedade burguesa cerceada, pois a ausência de uma elaboração teórica que permitisse alicerçar o seu edifício categorial, reverberaria diretamente na investigação e exposição do movimento do real realizada por este autor.

Dito isto, estamos aptos a compreender a teoria do valor na perspectiva da economia política clássica, para em seguida apresentar a teoria do valor em Marx a partir dos avanços e rupturas com a perspectiva da economia política clássica.

2.1 A TEORIA DO VALOR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Sabe-se que a Economia Política Clássica se ergue como “fundante de uma teoria social, um elenco articulado de ideais que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social”. (NETTO, 2012, p. 29). Com efeito, o desenvolvimento da economia política como ciência é anterior ao pleno desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista. De tal maneira, no curso do desenvolvimento da história do pensamento econômico, a fisiocracia, que teve François Quesnay como seu principal teórico, merece ser mencionada pois “a análise do capital, dentro do horizonte burguês, coube essencialmente aos fisiocratas. Essa contribuição faz deles os verdadeiros pais da economia política moderna”. (MARX, 1980, p. 19).

No que se concerne à compreensão da teoria do valor na perspectiva da economia política clássica, destaca-se a concepção de que o excedente econômico é fruto do trabalho alheio não pago, concepção esta que a Economia Política reúne esforços para demonstrar e é ignorado pela “economia vulgar”.

Marx, ao discorrer acerca da distinção entre a economia clássica e a “economia vulgar”, afirma que:

enquanto os economistas clássicos e, portanto, críticos, lidam com a forma de alienação e procuram dissolvê-la com a análise, a economia vulgar, ao contrário, sente-se por inteiro em casa justamente com a estranheza em que se defrontam as diferentes partes do valor; a felicidade de um escolástico com Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo é a mesma do economista vulgar com terra-renda, capital-juro e trabalho-salário. É que essa é a forma em que estas relações, na aparência, se apresentam diretamente interligadas e assim existem nas ideias e na consciência dos agentes de produção capitalistas, destas prisioneiras. (MARX, 1980, p.1540).

Pelo exposto, percebe-se que Marx concebe a Economia vulgar como prisioneira da aparência do sistema capitalista, apresentando a terra-renda, capital-juro e trabalho-salário como a forma de ser das relações capitalistas, não abrindo espaço, portanto, para que se encontre a fonte do valor.

O economista vulgar se considera tanto mais claro, tanto mais natural, mais útil à sociedade e tanto mais distante de toda sofisticaria, quanto mais se limite, na realidade, a traduzir as noções comuns numa linguagem doutrinária. Por isso, **quanto mais alienada a forma em que concebe as formações da produção capitalista, tanto mais se aproxima da base das noções comuns**, tanto mais se acha no seu elemento. (MARX, 1980, p.1540).

À título de notas introdutórias podemos afirmar que a economia vulgar se limita à compreensão do *modo de operação* dos agentes da produção e da sua práxis utilitária. Sua teoria reproduz, no plano das ideias, esta limitada compreensão das bases da produção capitalista.

A Economia Política Clássica, por sua vez, parte das diferentes formas aparentes da riqueza, são elas: renda da terra, salário e lucro. A base da divisão da sociedade em classes, para Smith, eram as diferentes condições de propriedade e esta, por sua vez, determinava a fonte da renda de um indivíduo. Assim, a renda era o principal fator que determinaria a condição da classe social.

A produção anual total da terra e do trabalho de cada país — ou, o que é a mesma coisa, o preço total dessa produção anual — naturalmente se divide, como já foi observado, em três partes: a renda da terra, os salários da mão-de-obra e o lucro do capital, constituindo uma renda para três categorias de pessoas: para aquelas que vivem da renda da terra, para aquelas que vivem de salário, e para aquelas que vivem do lucro. Essas são as três grandes categorias originais e constituintes de toda sociedade evoluída, de cuja receita deriva, em última análise, a renda de todas as demais categorias. (SMITH, p 271-272)

Assim sendo, a Economia Política Clássica procura reduzir as fontes de riqueza outrora citadas a seu elemento comum: o trabalho. Na exposição categorial deste item veremos como a Economia Política Clássica parte do valor de troca para chegar ao valor, a partir deste momento depara-se com a sua fonte: a quantidade de trabalho despendida na produção das mercadorias.

Dito isto, é necessário um mergulho nos escritos de Adam Smith e David Ricardo para demonstrar, a partir de suas próprias alegações, os pormenores teóricos da redução que operaram, a saber: a análise que permite a redução de todas as fontes de riqueza a uma mesma fonte de valor: o trabalho. À vista disso, os subitens que se seguem, demonstram o valor na perspectiva de Adam Smith e David Ricardo.

2.1.1 Valor na perspectiva de Adam Smith

A *Riqueza das Nações* é a principal obra de Adam Smith, que, em seu livro primeiro investiga as causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho, bem como a ordem segundo a qual sua produção é naturalmente distribuída entre as diferentes classes. O contato com os fisiocratas tem grandes influencia em aspectos teóricos relevantes da obra.

A redação da referida obra inicia-se no ano de 1749 e engloba praticamente três décadas. Winston Fritsch, na apresentação à edição brasileira⁴ de *A Riqueza das Nações* afirma que a referida obra constitui-se como “ponto de partida obrigatório inquestionável para o estudo da Economia ao longo de quase todo o século XIX” (FRITSCH, 1983, p 08) e “fonte dos paradigmas teóricos sobre os quais foi construída a Economia Política Clássica” (FRITSCH, 1983, p 09).

Com o horizonte na referida obra, destaca-se neste momento a investigação das normas que naturalmente as pessoas observam ao trocar mercadorias (sejam por dinheiro ou por outras mercadorias). Essas regras determinam o que se pode denominar valor relativo ou valor de troca dos bens.

Importa observar que a palavra valor tem dois significados: às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui, em relação a outras mercadorias. O primeiro pode chamar-se “valor de uso”, e o segundo, “valor de troca”. As coisas que têm o mais alto valor de uso frequentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil que a água, e, no entanto, dificilmente se comprará alguma coisa com ela, ou seja, dificilmente se conseguirá trocar água por alguma outra coisa. Ao contrário, um diamante dificilmente possui algum valor de uso, mas por ele se pode, muitas vezes, trocar uma quantidade muito grande de outros bens. (SMITH, 1985, p. 85-86)

Os economistas que defendem uma teoria do valor baseada na utilidade referem-se a essa passagem como “o paradoxo da água e do diamante”⁵. Em uma leitura atenta dos escritos expostos acima, pode-se verificar que Smith não apresenta esta questão como um paradoxo, afirma, tão somente, que valor de uso e o valor de troca não se relacionam diretamente. Que o leitor não se apresse, a teoria do valor-utilidade será objeto de análise do último capítulo deste estudo.

No final do capítulo IV, Smith convida o leitor a mergulhar na investigação dos princípios que regulam o valor de troca das mercadorias. Para tanto, sinaliza ao leitor o caminho a ser percorrido. “Procurarei demonstrar”, enuncia Smith (1985):

⁴ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁵ Em outro momento histórico, a diferença entre a utilidade total dos diamantes (a qual Smith se refere na citação exposta no corpo do texto) e sua utilidade marginal, será objeto de análise dos teóricos da utilidade. Na esteira desse processo, Hunt afirma que “os proponentes posteriores da teoria do valor-utilidade rejeitariam o exemplo de Smith, argumentando que não era a **utilidade total** de uma mercadoria que determinava seu valor de troca, mas sua **utilidade marginal**, isto é, a utilidade adicional conseguida com um aumento pequeno, marginal, da mercadoria”. (HUNT, LAUTZENHEISER; 2012, p. 94). Estas são cenas para o último capítulo.

Primeiro, qual é o critério ou medida real desse valor de troca, ou seja, em que consiste o preço real de todas as mercadorias. Em segundo lugar, quais são as diferentes partes ou componentes que constituem esse preço real. Finalmente, quais são as diversas circunstâncias que por vezes fazem subir alguns desses componentes, ou todos eles, acima do natural ou normal, e às vezes os fazem descer abaixo desse nível. (SMITH, 1985, p. 86).

No primeiro parágrafo da *Riqueza das Nações*, Smith apresenta a compreensão de que o trabalho produtivo é o fator primordial da riqueza nacional. Que ele mesmo diga: “o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações”. (SMITH, 1985, p. 56).

Não restavam dúvidas para este autor de que, das três classes sociais, o trabalho é o único criador de valor ou riquezas:

A produção anual da terra e do trabalho de um país só pode aumentar de valor, com o acréscimo do contingente de mão-de-obra produtiva, ou das forças produtivas dos trabalhadores já empregados. E evidente que o número de trabalhadores produtivos de um país nunca pode ser muito aumentado, a não ser em consequência de um aumento do capital ou dos fundos destinados à sua manutenção. E as forças produtivas do mesmo número de trabalhadores só podem ser aumentadas em decorrência quer de algum acréscimo e aperfeiçoamento das máquinas e instrumentos que facilitam e abreviam o trabalho, quer de uma divisão e distribuição mais apropriada do emprego. Em ambos os casos, quase sempre se requer um capital adicional. Somente através de um capital adicional é que o empresário de uma fábrica tem condições de prover seus trabalhadores com máquinas melhores de operar entre eles uma distribuição de tarefas mais adequada. (SMITH, 1985, p. 344)

Sinteticamente, o movimento expositivo realizado por Smith parte dos fenômenos econômicos e segue até à essência do sistema. Nessa movimentação, as formas aparentes de riqueza da sociedade capitalista apresentam (lucro, salário, juro e renda da terra) a substância oculta (o trabalho).

A compreensão deste movimento sumariamente apresentado requer a análise do Capítulo V do livro primeiro, momento em que Smith discorre acerca da influência das flutuações no valor do dinheiro sobre os preços reais e nominais das mercadorias. Nesta análise, Smith:

inicia afirmando que o preço real das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho necessário à sua produção. Alguns parágrafos depois, afirma que é mais natural e fácil estimar o valor das mercadorias em ouro e prata. Acontece que o valor destes metais varia. Logo, não são uma boa medida do valor de troca das mercadorias. Smith resolve, então, substituir estes metais pelo trigo, que é valor do salário de subsistência do trabalhador. Embora o valor do trigo varie, como o valor de qualquer

outra mercadoria, o autor da Riqueza das Nações conclui, depois de longos e tortuosos vai e vem, que o trabalho, não a sua quantidade, mas o valor do trabalho (o salário), expresso em trigo, é a única medida universal do valor das mercadorias. (TEIXEIRA, 1995, p. 47)

Contudo, neste momento de análise Smith não consegue chegar ao trabalho como fonte do valor, por realizar uma análise, no entender de Teixeira (1995), meramente descritiva.

No capítulo seguinte da sua obra, Smith apresenta um “rude e primitivo estágio da sociedade, onde não há propriedade privada da terra nem acumulação de capital”. (SMITH, 1985). Nesse estado hipotético:

todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela normalmente deve comprar, comandar ou pela qual deve ser trocada. (SMITH, 1985, p 101)

Smith não consegue demonstrar o trabalho como fonte de valor fora deste estado hipotético, em uma sociedade pautada pelos antagonismos de classe, acaba caindo em algumas contradições. Buscando sair deste impasse, Smith passa a usar duas definições de valor, são elas: trabalho contido e trabalho comandado. Em uma:

argui que o valor das mercadorias é proporcional às quantidades de trabalho nelas inseridas; noutra, sustenta que o seu valor é determinado por sua capacidade de comandarem trabalho vivo. (...) Quem afirma que o valor de um objeto é determinado pelo quantum de trabalho necessário à sua produção e, depois, sustenta que o valor deste mesmo objeto é determinado pela quantidade de trabalho que pode comprar ou comandar; quem assim procede, entra em contradição. (TEIXEIRA, 1995, p. 47)

É necessário, neste momento, investigar algumas dessas contradições que Smith acaba enredando ao logo da construção da teoria do valor.

Cabe destacar que nesse estado hipotético, em que não há propriedade privada nem acumulação de capital, o valor da mercadoria é igual à quantidade de trabalho nela inserida, dessa forma o valor produzido pelo trabalhador o pertence. Assim sendo, salário é igual a valor, uma vez que a remuneração que o trabalhador recebe pelo trabalho é igual ao valor do produto.

Contudo, na sociedade capitalista, não há igualdade entre valor e salário devido o tempo adicional que o trabalhador precisa trabalhar para, além de pagar o seu salário, garantir o lucro do capitalista. Logo, o trabalho contido nas mercadorias passa a comandar quantidades de trabalho vivo superior a ele. Destarte:

no momento em que o patrimônio ou o capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que esse trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao se trocar o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deve resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio. (SMITH, 1985, p. 77)

Desta feita, o que o trabalhador recebe em forma de salário contém menor quantidade de trabalho do que a mercadoria que o trabalhador oferece em troca. Nessas circunstâncias, o trabalho contido não explica o trabalho comandado, pois:

se se continuar a sustentar a tese de Smith de que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que ela permite comandar ou comprar, sua teoria se encerra num círculo vicioso. Como assim? Ora, se a mercadoria que o trabalhador recebe sob a forma de salário é a base explicativa do valor por ela comandado, este último (o valor comandado), para ser conhecido, exige que se conheça primeiro o valor da mercadoria recebida pelo trabalhador. Chega-se, assim, a uma proposição destituída de sentido: **o valor depende do valor**. (TEIXEIRA, 1995, p. 252)

Smith, então, ingressa em um *ciclo vicioso* em que *valor depende de valor*. Descobre que, considerando a lei do valor, a troca entre capital e trabalho não obedece ao princípio da equivalência. Se este princípio não se aplica à troca entre capital e trabalho, como então continuar sustentando que as mercadorias se trocam na proporção do tempo de trabalho nelas incorporado? Se abandona a lei do valor, não tem como explicar o lucro a partir do trabalho. Abre-se, assim, uma contradição insuperável entre a explicação dos fundamentos dos fenômenos e sua manifestação externa. (TEIXEIRA, 1995).

2.1.2 Valor na perspectiva de David Ricardo

David Ricardo tem como ponto de partida as elaborações teóricas de Smith acerca da teoria do valor, e encontra o motivo deste autor ter entrado em um *ciclo vicioso*: o fato de ter usado dois conceitos de valor, conforme já explicitamos no subitem anterior. Ricardo:

via nas contradições com as quais deparou a teoria smithiana do valor um grande erro, que deveria ser corrigido sob pena de todo o edifício teórico da **Economia Política** ruir, diante da crítica mortal do princípio aristotélico de não-contradição. (...) Ricardo faz deste princípio a espinha dorsal para apresentar sua teoria do valor. (TEIXEIRA, 2003, p. 49)

Diferentemente de Smith, que apresenta sua teoria do valor a partir de um hipotético estado de natureza, David Ricardo, para conceber que o valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, parte dos fenômenos observados. Assim, este pensador:

partindo da observação do que se passa no mercado, infere a hipótese de que o valor das coisas é determinado pelo *quantum* de trabalho que se faz necessário à sua produção. Acontece que no dia-a-dia as coisas são trocadas por dinheiro e não por quantidades de trabalho. Ninguém vai ao mercado e pergunta quanto de trabalho está inserido em determinada mercadoria; mas, sim, quanto ela custa em termos monetários. Aliás, como diria Marx, no intercâmbio de mercadorias, as pessoas nem se dão conta de que estão realmente trocando seus diferentes trabalhos. A hipótese, portanto, de que o valor é determinado pelas quantidades de trabalho, é somente uma hipótese; enquanto tal tem de ser demonstrada. Como então proceder para demonstrar o valor de verdade dessa hipótese? Sua confrontação com a experiência poderia dar essa prova? Decerto que sim; Ricardo, entretanto, ao que tudo indica, não estava muito preocupado com a verificação empírica de sua teoria. Nem poderia, pois a filosofia mecanicista de então, que ele adota como modelo paradigmático para pensar a economia, ainda não contava com critérios seguros de demarcação científica. Em sua época, as ciências ainda estavam ensaiando seus primeiros passos para se libertarem da tutela da filosofia. (TEIXEIRA, 2003, p. 52)

Devido a contribuição de David Ricardo, a Economia Política se transforma rigorosamente em ciência; num modelo explicativo que busca o rigor lógico de seus enunciados. Desta feita, consegue livrar a teoria do valor das contradições decorrentes do pensamento de Smith.

Ainda no que se concerne à Economia Política enquanto ciência, é importante destacar que esta ciência “teve de pagar um alto preço para poder ingressar no rol das ciências explicativas” (TEIXEIRA, 2003, p 55), uma vez que, em nome do princípio da coerência, Ricardo, descarta o conceito de trabalho comandado, “não só porque este conceito contradizia o que expressava o conceito de valor como trabalho contido, mas também por conta de seu caráter tautológico, segundo o qual o valor é determinado pelo valor”. (TEIXEIRA, 2003, p 55).

Ocorre que, o leitor deve lembrar-se que Smith elabora este conceito para explicar a troca entre capital e trabalho, a qual não obedece a regra da igualdade dos valores permutados. Trata-se, portanto, de uma contradição real. Contudo, o modelo de ciência defendido por Ricardo concebe que uma contradição real se transforma em um erro de pensamento, o que ele não poderia permitir. Por isso,

em nome da coerência, foi obrigado a escamotear a origem da mais-valia, pois se as mercadorias se trocam na proporção do tempo de trabalho nelas incorporado, ninguém

estaria disposto a abrir mão de sua mercadoria em troca de outra de menor valor. (TEIXEIRA, 2003, p 55)

Ao observar o que se passa no mercado, as relações entre oferta e demanda, Ricardo conclui que o valor dos bens é determinado pela quantidade de trabalho necessário à sua produção. No seu entender: “Sem dúvida, a maioria dos bens que são demandados é produzida pelo trabalho. E esses bens podem ser multiplicados não apenas num país, mas em vários, quase ilimitadamente, se estivermos dispostos a dedicar-lhes o trabalho necessário para obtê-los” (RICARDO, 1985, p. 44)

Ricardo (1985) afirma que Smith reconheceu o princípio de que as proporções entre as quantidades de trabalho necessário para adquirir objetos diferentes sejam a única circunstância que pode proporcionar uma regra para a troca de um por outro. Contudo, critica o autor de *A riqueza das Nações* por ele:

[limitar] a aplicação desse princípio àquele primitivo e rude estado da sociedade em que antecede tanto a acumulação de capital como a apropriação da terra, como se, quando tiverem ser pagos lucros e renda da terra, estes tivessem alguma influência sobre o valor relativo das mercadorias. (RICARDO, 1985, p. 49).

Ricardo, ao conceituar o "valor trabalho" como o tempo de trabalho necessário que o trabalhador despense para prover sua subsistência, oculta, ainda mais, a origem da mais-valia. Este pensador:

(...) pressupõe que o **tempo de trabalho contido nos meios de subsistência** é igual ao **tempo de trabalho diário** que o trabalhador realiza. Ora, estas duas expressões só são equivalentes quando se trata de trabalho materializado. São diferentes quando se referem a trabalho materializado e a trabalho vivo. É justamente tal diferença que vai permitir a Marx pensar a troca entre capital e trabalho como uma troca de equivalentes, pois o trabalhador não vende trabalho vivo, mas sim, capacidade de trabalho; troca o valor de sua força de trabalho por uma soma igual de valor na forma de salário. A utilização desta capacidade de trabalho por parte do capitalista, que a faz gerar um valor maior do que lhe custou, é outra coisa; enquanto tal não acontece na esfera da troca de mercadorias. (TEIXEIRA, 2003, p 56, grifos originais)

Nessa configuração, a análise de Ricardo não consegue êxito completo pois ao definir valor do trabalho (força de trabalho) iguala tempo de trabalho contido nos meios de subsistência do trabalhador ao tempo de trabalho diário realizado por ele. Obviamente, nestas condições, perde-se qualquer base explicativa da origem da mais-valia.

Apesar das imprecisões e limitações da economia política clássica, os seus principais expoentes, Smith e Ricardo, construíram uma representação da sociedade capitalista como totalidade, sendo capazes de compreender a lei do valor.

O próprio Marx reconhece e considera o que alguns adeptos do pensamento marxista, por vezes, recusam considerar: os méritos dos principais expoentes da Economia Política Clássica. Que ele mesmo diga:

é grande mérito de Adam Smith ter intuído, precisamente nos capítulos do Livro I [caps. 6,7, 8] nos quais ele passa da troca simples das mercadorias e da sua lei do valor para a troca ente capital e trabalho assalariado [...] – é seu mérito ter intuído que, nesse ponto, ocorre uma ruptura, e [...] que a lei é de fato abolida em seu resultado, que se troca mais trabalho contra menos trabalho [...]; e é grande mérito seu ter salientado [...] que, com a acumulação de capital e com a propriedade fundiária [...] verifica-se aparentemente [...] uma nova mudança, uma inversão da lei do valor em seu oposto. Assim como sua força teórica está em ter intuído e sublinhado essa contradição, do mesmo modo sua debilidade teórica está no fato de que isso o levou a engano no que se refere à lei geral, inclusive no que tange à troca simples de mercadoria; está em não ter compreendido como está contradição surge do fato de que a própria capacidade de trabalho se torna mercadoria, e que – para essa mercadoria particular – o valor de uso, que nada tem a ver com seu valor de troca, consiste precisamente na energia que cria o valor de troca. **A superioridade de Ricardo sobre Smith está em não se ter deixado enganar por essas contradições aparentes, mais reais quanto ao resultado. A sua inferioridade, com relação a Smith, está em não ter nem sequer que aqui se coloca um problema; e, por isso, o desenvolvimento específico que a lei do valor sofre com a formação do capital não o surpreende e não o preocupa, nem mesmo por um instante.** (MARX, 1980, p 66)

Chegamos, então, ao momento que julgamos ter elementos suficientes para inferir que por trás das limitações da economia política clássica no tocante ao conceito de capital como totalidade viva e à origem da mais-valia, estava uma questão de método: as amarras do método analítico. Como a totalidade analítica é meramente formal; ela se restringe a ser uma totalidade da ordem do pensar, não sendo possível concebê-la, nesta ótica, que totalidade é delineada também pelo movimento do real. Dito de outro modo:

porque a totalidade analítica é meramente formal, é tão-somente totalidade da ordem do pensar e não totalidade que é também da ordem das coisas, a Economia Política, tal como pensam Smith e Ricardo, não tem como superar as aporias em que se viu enredada. (...) Não tendo como distinguir o trabalho criador de valor do trabalho produtor de valores de uso; não tendo, portanto, como pensar a relação entre trabalho enquanto condição universal e eterna da produção e o trabalho em sua dimensão particular, histórica, enquanto criador de valores, a Economia política não tinha como entender a relação dialética entre universalidade e particularidade. Por conta disso, todas as suas abstrações são de natureza generalizante, unicamente da ordem do pensar, que não permitem apreender as determinações de um objeto contraditório - a forma capitalista de produção. (TEIXEIRA, 2003, p.61)

Marx, por sua vez, diferente da economia política clássica, apreende a totalidade como movimento:

como um todo organicamente articulado e que tem vida própria. Vida, pois, para Marx, o trabalho não é considerado unicamente como aquilo que é comum a toda e qualquer mercadoria. Para ele, o trabalho é mais do que isto: é substância que dá vida ao capital, que se torna sujeito precisamente sugando dela [substância] a sua vitalidade. Como diria Marx, o capital é trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais deste sugar. Na medida em que é força viva ressuscitadora do trabalho morto incorporado nas máquinas, equipamentos e instalações, o trabalho é a substância que vive morrendo para que o capital ganhe vida própria, pois dela retira a energia que o faz aparecer como sujeito diante do próprio trabalho - que é fonte de sua valorização. Totalidade viva, marcada pela oposição entre trabalho vivo e trabalho morto; oposição que é tensão, pois o que é morto ganha vida matando o vivo! Se assim não fosse, o capital não se oporia ao trabalho como sujeito. Portanto, Marx apreende o sistema como totalidade viva. Em suas mãos, a totalidade ossificada e sem vida, construída pela ciência econômica, ganha vida e organicidade próprias. (TEIXEIRA, 2003, p.60)

2.2 A TEORIA VALOR TRABALHO EM MARX

Nesse momento o leitor deve se questionar o porquê de considerarmos de ordem metodológica as limitações dos clássicos da economia política clássica. É no sentido de elucidar essa possível questão que a argumentação se segue. Vejamos: o método utilizado pela economia política clássica, concebe as contradições do real como contradições do pensar e, por isso, não admite que a troca entre capital e trabalho seja, ao mesmo tempo, troca de equivalentes e de não equivalentes⁶. Eis o motivo, no nosso entender, da economia política clássica não conseguir conceber e extrair todas as consequências da mais-valia.

Como se dá, portanto, a conversão da troca de equivalentes em não equivalentes? A citação a seguir nos conduz ao entendimento desse aspecto:

Para desmistificar [a] aparência de que é o capitalista que adianta os fundos para o pagamento da força de trabalho, e assim demonstrar a mais-valia como apropriação de trabalho alheio não pago, é preciso analisar o processo de acumulação sob a ótica de sua totalidade, isto é, como um movimento ininterrupto, onde cada ciclo é ponto de partida para o próximo. Essa circularidade revela que a troca de equivalentes, ponto de partida necessário para transformar o dinheiro em capital, transforma-se no seu contrário direto: numa troca de não equivalentes; a rigor, aquela troca se transforma numa não troca, visto que é a própria classe trabalhadora que adianta os fundos necessários para o pagamento de seus salários. (TEIXEIRA, 1995, p.149 -150)

Em síntese, o autor nos mostra que a troca de equivalente, por via da sua própria dialética interna, se transforma em troca de não equivalente; não se tratando de uma contradição da

⁶ Engessado nas amarras do método analítico, Ricardo recusou o conceito de valor como trabalho comandado, uma vez que este conceito fere o princípio segundo o qual a troca se dá de acordo com o princípio de equivalência.

ordem do pensar, como acreditavam os economistas políticos clássicos. Consideramos, portanto, que o método utilizado pelos maiores nomes da Economia Política Clássica os impedia de conceber a contradição entre aparência e essência, limitando a capacidade de compreensão do real.

No que se concerne à teoria do valor, Marx se beneficia da elaboração teórica da Economia Política Clássica e avança nos desdobramentos teóricos acerca da categoria valor. É desta perspectiva que a teoria do valor de Smith e Ricardo deve ser lida e pensada na contemporaneidade. Ocorre que, em alguns casos, os estudiosos de Marx não consideram a relevante contribuição da economia política clássica na formulação do pensamento deste autor.

A despeito das algumas insuficiências e fragilidades teóricas apresentadas ao longo dos capítulos anteriores, foi graças aos avanços e legado da Economia Política Clássica, notadamente dos seus principais expoentes: Smith e Ricardo, que o autor de *O capital* obteve a “matéria prima” para erguer o seu edifício categorial e expor o movimento do real.

A partir deste momento ingressaremos na análise do processo de trabalho imbricado ao processo de formação de valor. O Capítulo V de *O Capital*, principal obra de Marx, expõe a investigação de que o produto - fruto do processo de trabalho é, além de propriedade do capitalista, um valor de uso. Interessa-nos, neste momento, investigar o processo de produção como um processo de formação de valor.

O capitalista, sinaliza Marx (1985), não tem uma relação de amor com o valor de uso que produz, o produz apenas quando e porque ele é portador de valor de troca. Noutras palavras, o capitalista quer produzir uma mercadoria que possua um valor de troca mais elevado do que a soma das mercadorias, meios de produção e força de trabalho necessário para produzi-la. Assim sendo, a produção do valor de uso por si só não revela a essência capitalista, a qual consiste em produzir não só a mercadoria, mas sim, valor e mais-valia.

O leitor, de antemão, deve se perguntar: o que, afinal, determina o valor da mercadoria? Como retirar valor dela? Ou ainda, de onde se origina a mais-valia? Marx tem a resposta para todas essas questões e no desenrolar da discussão nós nos debruçaremos sobre elas. Por ora, acerca do primeiro questionamento ele dirá “o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a produção.” (MARX, 1985, p 155)

O tempo de trabalho socialmente necessário, por sua vez, está no valor de uso do produto fabricado, mas não apenas nele, está também nos valores de uso dos meios de produção, que são frutos de trabalho passado. Imaginemos a fabricação de fios, tendo o algodão como matéria-

prima e o fuso como meio de trabalho para fabricação do fio. Deixemos então Marx falar por nós

O tempo de trabalho exigido para a produção de algodão é parte do tempo de trabalho exigido para a produção do fio, ao qual serve de matéria-prima, e por isso está contido no fio. O mesmo vale para o tempo de trabalho exigido para produzir a massa de fusos, sem cuja depreciação ou consumo o algodão não poderia ser fiado. (MARX, 1985, p 156)

Com efeito, todo o trabalho contido no fio é trabalho passado e compõe o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, pois o “fato do algodão e do fuso, ao invés de ficarem parado um do lado do outro, se unirem num processo de fiação (...) não afeta o seu valor” (p 156). Portanto, os valores dos meios de produção integram o valor do produto.

Contudo, essa análise requer calma. Sinalizamos que os meios de produção integram o valor do produto, mas é relevante que se frise: eles por si só não podem formar valor. Apenas o trabalho humano é formador de valor, isto é, fonte de valor. Queremos dizer: o trabalho humano agrega valor à mercadoria. Ainda nos subsidiando do exemplo de Marx, poderíamos dizer que algodão e fusos servem de meios de subsistência no processo de fiar, mas sozinhos – queremos dizer: fora do processo de trabalho – não se transformariam em fio.

Imaginemos ainda a produção de fios, tal qual como fez Marx em *O Capital*, para ilustrarmos o processo de formação de valor, no qual uma mercadoria é trocada por seu equivalente.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário = 3 xelins e que nestes últimos estão incorporadas 6 horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse *quantum* de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. Se nosso fiandeiro, durante 1 hora de trabalho, transforma $1 \frac{2}{3}$ libra de algodão em $1 \frac{2}{3}$ libra de fio, então transformará, em 6 horas, 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Durante o processo da fiação o algodão absorve, portanto, 6 horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho representa-se num *quantum* de ouro de 3 xelins. Mediante a própria fiação acrescenta-se, pois, ao algodão um valor de 3 xelins. Vejamos agora o valor total do produto, das 10 libras de fio. Nelas se objetivam $2 \frac{1}{2}$ dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no algodão e na massa de fusos, e $\frac{1}{2}$ dia absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho representa-se numa massa de ouro de 15 xelins. O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio, 1 xelim e 6 pence. (MARX, 1985, p 158-159)

Vejamos que o produto final tem o mesmo valor do capital adiantado para sua produção. O capitalista não entende como isso pode acontecer! Valor contra valor: onde ficaria seu lucro? Ora, já que não obteve lucro na esfera da produção, poderia ele vender essa mercadoria acima de 15 xelins e retirar seu lucro da esfera da circulação? Teixeira demonstra que não, pois “se ele vende [a mercadoria] acima do seu valor, todos os outros capitalistas o imitarão, e aí o que ele ganha como vendedor, perde como comprador.” (TEIXEIRA, 1995, p 138)

Mas o capitalista consegue encontrar uma saída para esse - digamos que - impasse. Ele prolonga a jornada de trabalho além do tempo necessário para sua reprodução, fazendo com que o dinheiro que ele havia injetado na produção, se valorize – portanto, se transforme em capital; portanto, gere mais-valia.

Vejamos: no valor de um dia de força de trabalho está objetivada meia jornada de trabalho, haja vista que Marx (1985) a coloca como suficiente para custear os meios de subsistência necessários para reproduzir diariamente a força de trabalho. Ora, o capitalista pagou pelo valor de uso de um dia de trabalho, portanto a utilização daquela mercadoria durante o dia, obviamente, lhe pertence. Se, como foi dito anteriormente, a manutenção da força de trabalho custa meia-jornada de trabalho, no entanto, ela pode operar uma jornada inteira (e por isso, cria o dobro do seu próprio valor de um dia) é, para Marx (1985), grande sorte do capitalista que comprou a força de trabalho, mas não significa injustiça com quem a vendeu, o trabalhador; haja vista que as leis de intercâmbio de mercadorias não são violadas pois está sendo pago o tempo de trabalho socialmente necessário a sua reprodução. Mas isso ainda não é tudo.

O capitalista, ao comprar a força de trabalho, percebe que há uma diferença superavitária no que se concerne ao valor da força de trabalho em si se comparado com o valor da força de trabalho (sua capacidade de produção) no processo de trabalho.

Para criar valor, no entanto, a força de trabalho tem que funcionar em condições normais. Uma máquina que não funciona corretamente faria, por exemplo, com que o trabalhador precisasse mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria e, evidentemente, esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro. Outra condição é “o caráter normal da força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez”. Acerca disso, nem o mais ingênuo dos leitores deixaria de perceber que o capitalista não compraria força de trabalho sem os predicativos supracitados, haja vista que teme o desperdício de qualquer tempo de trabalho.

Outrossim, não deve haver nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meio de trabalho, ambos quando desperdiçados representam uma quantidade de trabalho objetivado desperdiçado, e que portanto não entrariam no produto da formação de valor. Sobre esse aspecto, o autor de *O Capital* fala que o capitalista possui um “código penal”⁷ próprio, noutras palavras: mecanismos de coerção, para que matéria-prima e meios de trabalho não sejam desperdiçados.

⁷ *Code pénal*, se quisermos ser fiel a expressão - em alemão - utilizada por Marx em sua obra.

Sua propriedade útil, diz Marx (1985), é uma condição indispensável, pois o trabalho para criar valor deve ser despendido em forma útil.

É perceptível que aqui a discussão de Marx já não se trata mais da qualidade ou da natureza do trabalho, como vimos no item anterior, mas sim de sua quantidade. E por isso esclarece:

Durante o processo de trabalho, o trabalho se dispõe continuamente de forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado quantum de fio, portanto, determinado quantum de trabalho, 1 hora de trabalho está objetivada no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui como dispêndio de força de trabalho e não enquanto valor específico de fiação. (MARX, 1985, p 157)

Assim sendo, é imprescindível que a partir de agora, durante o processo de trabalho, somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido, pois somente ele conta como formador de valor.

Assim, temos que o valor de uso específico da mercadoria força de trabalho é fonte de valor e de mais-valor. Ocorre que o valor de uso da força de trabalho do trabalhador não o pertence, ou como diria Marx (1985) “o pertence tão pouco quanto o valor de uso do óleo vendido pertence a seu vendedor.” (MARX, 1985, p. 160)

Diante do que foi dito, já estamos aptos a sinalizar que o processo de valorização ocorre quando o processo de formação de valor ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por novo equivalente. Se não consegue ultrapassar esse ponto – ou seja, se não é capaz de transformar dinheiro em capital, não é processo de valorização, é apenas formação de valor, ou processo simples de formação de valor. É a partir do prolongamento do processo de valor – leia-se: processo de valorização do valor - que há produção de mais-valia. Dessa forma, está nítido que o processo de valorização está imbricado ao processo de produção capitalista, noutras palavras, a forma em que o capitalismo produz mercadorias.

3 A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO FINAL DO SÉCULO XIX FRENTE AOS MOVIMENTOS DE CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

As particularidades que o processo de acumulação do capital assume a partir da segunda metade do século XIX é base material pela qual o marginalismo se desenvolve na teoria econômica. Dito de outro modo: é por via da análise do processo de acumulação de capital, frente os movimentos de concentração e centralização, que se torna possível descortinar o véu do conteúdo de classe implícito no surgimento do marginalismo na teoria econômica.

A chave analítica utilizada nesse processo será a exposição da reprodução ampliada do capital e os movimentos tendenciais da acumulação capitalista, uma análise sedimentada por Marx em *O capital: crítica da economia política*, sobretudo no que se concerne ao capítulo XXIII: a lei geral de acumulação capitalista.

No capítulo supracitado, afirma Marx, “examinamos a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. O fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação.” (MARX, p. 689, grifo nosso).

Assim sendo, a exposição dos itens anteriores não foi aleatória, ao contrário. É pelo alicerce da teoria do valor que Marx consegue captar a dinâmica da reprodução ampliada de capital que será exposta por nós neste item.

À título de abordagem introdutória, é importante destacar que na *lei geral de acumulação capitalista*, Marx apresenta o processo de produção como sendo, simultaneamente, processo de reprodução do capital, uma vez que o capital é valor que busca valorizar-se. Assim, é por via da acumulação capitalista que o modo de produção capitalista se reproduz.

Talvez o leitor ainda não tão familiarizado com a obra de Marx, esteja perguntando-se o que significa conceber o processo de produção de capital como, simultaneamente, processo de reprodução do capital. Marx nos ajuda a responder quando afirma que:

Se a produção tem forma capitalista, também o tem a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, também a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza (MARX, 781).

Um outro aspecto nos parece relevante. Ora, enquanto a reprodução simples repete o processo de produção na mesma escala e “reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro”, a reprodução de capital em escala ampliada, por onde ocorre o processo de acumulação de capital, “reproduz a relação capitalista em escala

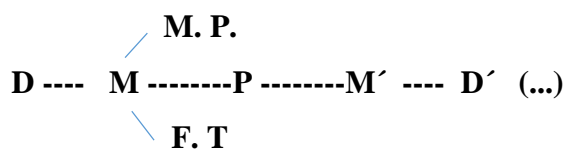
ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados.” (MARX, 690). Dito de outro modo: o processo de reprodução do capital não consiste apenas na metamorfose de mercadorias (M - M') que serão vendidas por um valor maior do que aquele valor adiantado para a sua produção (D - D'), consiste também, e sobretudo, na reprodução das relações de classes antagônicas que marcam e sustentam este modo de produção. Isso porque a diferença de valor entre D e D' é criada pela força de trabalho que o capitalista encontra no mercado na forma de mercadoria. Assim,

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. (MARX, p. 695).

A produção de mais-valia é a lei absoluta deste sistema, que Marx o diga:

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. [...] (MARX, p. 695).

Neste momento é importante apresentarmos, de forma pormenorizada, o movimento de reprodução ampliada do capital como um movimento que permite a constante (re) conversão do mais-valor em capital, o que pode ser representado por este ciclo:



Em que:

D = dinheiro; M = mercadoria; FT = força de trabalho; MP = meios de produção; P = fase de produção; M' = mercadoria com mais-valia; D' = dinheiro aumentado.

O ciclo apresentado é composto por três fases, sendo duas delas, de circulação e uma delas, de produção. Na primeira fase o capital assume a forma de *dinheiro (D)*, e, por via deste capital monetário, o capitalista consegue adquirir as mercadorias necessárias (força de trabalho

e meios de produção) para produção de novas mercadorias. Estas mercadorias, ao serem produzidas, criam excedente de valor (mais-valia) e, por isso, podem ser vendidas por um valor monetário superior ao que foi adiantado inicialmente, fazendo com que o capital ingresse em um novo ciclo de reprodução, momento este em que as mercadorias são vendidas e *se realizam*. A diferença entre D e D' constitui a mais-valia, consiste, assim, no acréscimo de valor que surgiu no processo de produção criado pela força de trabalho.

O livro segundo apresenta uma síntese acerca desse processo:

O processo cíclico do capital apresenta-se em três estágios, que, segundo a exposição do primeiro volume, constituem as seguintes séries: *Primeiro estágio*: O capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador; seu dinheiro se converte em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M. *Segundo estágio*: O capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital passa pelo processo de produção. O resultado é uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção. *Terceiro estágio*: O capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é transformada em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M- D. (MARX, 2013, 107)

À vista disso, temos que “a fórmula para o ciclo do capital monetário é: D-M...P...M'-D', sendo que os pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M' e D' indicam M e D aumentados pelo mais-valor”. (MARX, 2013, p. 107).

Um mergulho na essência da produção capitalista nos permite inferir que a produção mercantil capitalista é caracterizada por uma relação de exploração na qual o capitalista explora a força de trabalho (encontrada no mercado como mercadoria) com a finalidade de obter mais-valia. Assim, pela própria lógica interna do sistema, o processo de produção de mercadorias é um processo contínuo e ininterrupto que deve percorrer periodicamente, sempre as mesmas fases, pois ao fim de cada ciclo estão postas as bases para o próximo.

Considerando a indissociabilidade das fases do ciclo geral do capital, temos que, “todo processo de produção é também processo de reprodução” (MARX, 1982, p 153). A condição para esta reprodução contínua são, portanto, a transformação constante de parte de seus produtos em elementos para uma nova produção.

Em O Capital, Marx nos fornece um exemplo de como se dá esse processo:

Consideremos este processo primeiramente do ponto de vista do capitalista singular. Suponhamos, por exemplo, que um fiandeiro adiantou um capital de 10 000 lib. esterlinas., do qual quatro quintos em algodão, máquinas, etc., e o último quinto em salário. Suponhamos que produz anualmente 240 000 lib. de fio no valor de 12 000 libras esterlinas. A uma taxa de mais-valia de 100%, a mais-valia está medida no sobreproduto ou no produto líquido de 40 000 lib. de fio, um sexto do produto bruto com o valor de 2000 lib. esterlinas. que a venda realizará. Uma soma de valor de 2000 libras esterlinas é uma soma de valor de 2000 libras esterlinas Não se pode cheirar nem ver neste dinheiro que ele é mais-valia. O caráter de um valor como mais-valia

mostra o modo como ele chegou ao seu dono, mas nada altera na natureza do valor ou do dinheiro. (MARX, 1985b, p 163)

Assim sendo, afirma:

(...) para transformar a soma recém-acrescentada de 2000 lib. esterlinas. em capital, o fiandeiro, permanecendo iguais todas as outras circunstâncias, adiantará portanto quatro quintos dela na compra de algodão, etc., e um quinto na compra de novos operários fiandeiros, os quais encontrarão no mercado os meios de vida cujo valor ele lhes adiantou. O novo capital de 2000 libras esterlinas funciona então na fiação e proporciona, pelo seu lado, uma mais-valia de 400 libras. (MARX, 1985b, p 163)

Observamos que a mais-valia obtida ao final de cada ciclo é reinserida no processo produtivo para ampliar o capital originalmente investido e gerar uma massa maior de mais-valia do que no ciclo anterior.

A constante transformação da mais-valia em capital, característica de sua reprodução ampliada, é condição indispensável e vital da acumulação de capital. Há, portanto, uma relação diretamente proporcional entre taxa de exploração, mais-valia e acumulação: quanto maior a taxa de exploração, maior a mais-valia, e mais alargada será a acumulação.

Assim, temos que a lei da produção capitalista “resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional.” (MARX, p. 697)

3.1 MOVIMENTO TENDENCIAIS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A exposição do item anterior nos permite compreender que a produção de mercadorias no modo de produção capitalista se dá partir da simbiose de mercadorias que pertencem ao capitalista: os meios de produção e a força de trabalho, que ele encontra no mercado como mercadoria. Assim sendo, para começar o processo produtivo o capitalista dispõe de uma composição orgânica do capital. Neste momento, nos dedicaremos à exposição da relação entre a composição orgânica do capital e os movimentos tendenciais de concentração e centralização, para explicar a alteração na estrutura socioeconômica do capitalismo como base para compreensão do surgimento do marginalismo na teoria econômica.

Marx entende como composição orgânica do capital a relação entre capital constante e capital variável e a considera em dois sentidos:

Sob o **aspecto do valor**, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o **aspecto da matéria**, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. **Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital.** Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica. (MARX, p. 689, grifo nosso).

Na esteira desse processo, destaca-se que o capital constante é “a parte do capital (...) que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meio de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção” O capital variável, por sua vez, é a parte do capital que se converte em força de trabalho. (MARX, 1985a, p. 171).

A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais valor. Se, portanto, **certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital.** Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, **a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante.** (MARX, p. 700, grifo nosso).

A composição orgânica do capital, portanto, consiste na massa total de capital que o capitalista dispõe para iniciar o processo produtivo. Vinculado a esse contexto se processa a tendência à concentração de capital, dessa forma, toda iniciativa que requeira uma elevada composição orgânica de capital (quando o componente do capital constante é maior que o componente do capital variável) exclui o conjunto de capitalistas que não possuem essa massa de capital.

É importante salientar que esse processo não cessa com a concorrência entre capitalistas, ao contrário! A concorrência agora não será mais entre inúmeros pequenos capitalistas, conforme se deu no estágio concorrencial do capitalismo, mas sim, entre um reduzido número de grandes capitalistas com elevados montantes de capital⁸.

⁸ Uma interessante análise sobre esse processo encontra-se em “A mundialização do capital”, de Francois Chesnais.

Operando ao lado da tendência à concentração, a centralização de capital “não implica um aumento de capital em função de uma nova acumulação, mas tão-somente o aumento de capital pela fusão de vários outros.” (NETTO, 2012, p 143). Essa centralização opera-se pela união de capitais já existentes, mediante *carteis*, *trustes* e formação de *holdings*⁹.

A tendência à concentração e centralização são movimentos da realidade econômica constitutivas do movimento do capital que, operando em conjunto, fornecem as bases materiais para, a partir da década de 1870, o capital em sua era monopolista, estágio que Lenin denomina como *estágio imperialista*, na visão dele, a fase superior do capitalismo¹⁰. Lenin, quando argumenta acerca do lugar do imperialismo na história, nos diz que “o imperialismo é, pela sua própria essência econômica, o capitalismo monopolista” (LENIN, 2012, p 165).

“A centralização complementa a obra da acumulação, colocando os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de suas operações. Se esse último resultado é uma consequência da acumulação ou da centralização; se a centralização se dá pelo caminho violento da anexação – quando certos capitais se convertem em centros de gravitação tão dominantes para outros que rompem a coesão individual destes últimos e atraem para si seus fragmentos isolados –; ou se a fusão ocorre a partir de uma multidão de capitais já formados ou em vias de formação, mediante o simples procedimento da formação de sociedades por ações –; o efeito econômico permanece o mesmo. A extensão aumentada de estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a transformação progressiva de processos de produção isolados e fixados pelo costume em processos de produção socialmente combinados e cientificamente ordenados”. (p. 703)

3.2 E OS TRABALHADORES? ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

No momento histórico em que a dinâmica de acumulação do capital amplia-se frente aos já mencionados processos de concentração e centralização, os escritos de Marx ganham espaço no seio do movimento operário, e suas conclusões da teoria valor trabalho representavam uma enorme ameaça para a dinâmica de acumulação capitalista.

É neste contexto que o processo de acumulação de capital empurra uma série de trabalhadores para o exército industrial de reserva. Em a *lei geral da acumulação capitalista*,

⁹ O cartel se dá a partir da união de empresas, obviamente do mesmo ramo, para estabelecimento de acordo que fixam um mesmo preço para seus produtos; os trustes são a fusão em sí de várias empresas com a finalidade de controlar uma fatia cada vez maior do mercado e os holdings surgem com a financeirização do capital e o “protagonismo” da sociedade de ações.

¹⁰ Lenin (2012) afirma que o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro.

Marx argumenta que o capital cria, por meio de seu movimento – conforme já expomos: contínuo e ininterrupto - de expansão, permanentemente, uma superpopulação relativa à qual assume diversas formas. A superpopulação relativa para o capital, também conhecida como Exército Industrial de Reserva, expressa, numa análise ainda introdutória, os trabalhadores desempregados.

O capital cria várias formas de superpopulação relativa. Na exposição de Marx, temos a população trabalhadora flutuante, a qual ganha dimensão no cenário econômico à medida que o capitalismo invade a agricultura, produzindo um excedente de trabalhadores – basta lembrarmos as migrações de força de trabalho do campo para as cidades. A população estagnada, para Marx, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, ocupada em atividades extremamente irregulares. Essa parcela da classe trabalhadora, comenta este autor:

absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também dos ramos industriais decadentes, em que o artesanato é vencido pela manufatura e esta última pela produção de mercadorias. Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a ‘produção da redundância’ (MARX, 1985, p 209).

Em seguida, Marx apresenta a parcela que considera “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” (MARX, 1985b, p 208), que habita, de acordo com ele, a “esfera do pauperismo¹¹”. Essa fração da classe trabalhadora se divide em três categorias: “abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias” (MARX, 1985, p 208), comenta o autor de *O Capital*,

Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a máquina perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. (MARX, 1985, p 208)

¹¹Para ele, o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 1985, p 209)

Em *O Capital*, no mesmo capítulo o qual estamos trabalhando, Marx apresenta a fase de ascensão do ciclo de acumulação de capital acompanhado de uma demanda crescente por força de trabalho. Para esse autor, uma parte maior do que era produzido pelos trabalhadores:

flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva (MARX, 1985, p 191).

Contudo, essa parcela que flui de volta para o trabalhador em forma de salário, não diminui a dependência do trabalhador com relação ao capital, pois por mais favorável que seja a sua situação dentro do sistema capitalista, isso não elimina a constante necessidade de venda da sua força de trabalho para a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital.

Para garantir ao capitalista a apropriação do trabalho não remunerado, a classe trabalhadora passa por um processo de exaurimento da diante de exaustivas horas de trabalho. Sobre este aspecto, Thompson comenta que:

A corrente de radicalismo social tradicionalista que vai de Woodsworth e Southey até Carlyle (pelo menos) parece conter, na sua origem e desenvolvimento, uma dialética pela qual inspirava repetidamente conclusões revolucionárias. O ponto de partida dos tradicionalistas e dos jacobinos era o mesmo. ‘As imensas fábricas não representam’, exclamava Thelwall, ‘mais do que prisões comuns, em que uma multidão infeliz é condenada à profligação e ao trabalho pesado, para que um indivíduo possa aumentar sua descomunal opulência’. Thomas Cooper, seu companheiro jacobino que presenciou os primeiros estágios da Revolução Industrial em Lancashire, declarou: ‘Detesto o sistema fabril’ – Nesse sistema, uma grande parte das pessoas converte-se em meras máquinas, ignorantes, licenciosas e brutais, para que a mais-valia de seu trabalho de doze ou quatorze horas diárias acabe nos bolsos dos ricos capitalistas comerciantes e manufatureiros, sustentando seu fausto. (THOMPSON, 1987, p. 217).

Sabe-se que o ano de 1848 é marco para compreensão dos limites da burguesia no tocante à condução de um projeto sociopolítico, pois:

[no] projeto sociopolítico conduzido pela burguesia – a ‘liberdade’ deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a ‘igualdade’ esgota-se na formalidade jurídica e a ‘fraternidade’ se resolve na retórica e no moralismo. O ‘projeto de emancipação humana’, nestes limites, não desborda o terreno da ‘emancipação política’, tal como Marx mesmo o vislumbrou em 1844. A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem. [...] A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do ‘cidadão’. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emersão primeira verifica-se em 1848: o proletariado. O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democráticas populares, determinada pelo

comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sociopolítica uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sociopolítico ‘autônomo’, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a autopercepção ‘classista’ do proletariado (NETTO, 1998, p. 19-20).

A economia política clássica é útil à burguesia enquanto subsídio de luta ideológica desta classe contra o estado absolutista, uma vez que nos escritos da economia política clássica estavam condensados os interesses de classe da burguesia que, neste momento histórico, enquanto classe revolucionária, lutava contra a dinâmica feudal ancorando-se ideologicamente no liberalismo clássico.

No momento em que a burguesia constrói o seu domínio de classe e se consolida como classe dominante, observa-se um conflito entre esta classe e a economia política clássica, uma vez que esta ciência se torna incompatível com os seus interesses de classe dominante.

Assim sendo, “não é casual (...) que o pensamento burguês pós 1848 abandone as conquistas teóricas da Economia Clássica como também não é casual que tais conquistas se transformem num legado a ser assumido pelos pensadores vinculados ao proletariado”. (NETTO, BRAZ; 2012, p. 33).

Nesse cenário, o processo de exploração do trabalho - um dos pilares do sistema capitalista - encontra uma teoria que fornece uma explicação dos processos de exploração do sistema umbilicalmente vinculada à um horizonte de transformação radical da ordem. Desta feita, a burguesia necessita de uma teoria do valor que represente os seus interesses de classe já consolidada e a liberte das perigosas consequências que a teoria do valor trabalho, a partir dos escritos de Marx, poderiam representar. Surge, assim, o marginalismo neoclássico e a teoria subjetiva do valor, objeto de investigação do próximo capítulo.

4 SURGIMENTO DO MARGINALISMO NEOCLÁSSICO E DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR NA CIÊNCIA ECONÔMICA

Duas décadas antes da publicação de “Princípios da Economia” de Alfred Marshall, germinava, no capitalismo, uma complexificação da sua forma de acumulação de capital. A publicação desta obra, em 1890, conforme sinalizado na introdução deste estudo, é o marco para generalização do termo *Economia* na ciência econômica.

Ao longo da referida obra, Marshall utiliza os dois termos (“Economia” e “Economia Política”) para referir-se à ciência econômica, no entanto, não deixa dúvidas em relação a sua preferência quando afirma que “é melhor, para designá-la, servir-se da expressão lata de economia, do que da mais restrita economia política”. (MARSHALL, 1982, p. 54). De fato, no próprio título não aparece o termo “Economia Política”, mas sim, “Economia”; alteração esta que não foi processada sequer por Jevons e Walras. Conforme observaremos ao longo deste capítulo, o termo *Economia Política* ainda se encontra presente nos títulos das obras desses autores, apesar das algumas críticas ao longo dos seus escritos.

Ocorre que Marshall publica seu livro duas décadas após a publicação das obras dos chamados *marginalistas*. Dessa forma, aquele autor está embebido do aporte teórico desses autores e, assim, consolida a tendência à substituição dos termos mencionada nos escritos marginalistas¹².

Interessa-nos, neste momento, o que está por trás desta mudança de termos. Esta alteração não é esvaziada de sentido, articula-se intrinsecamente com nova configuração do capitalismo que data do final do século XIX, mais notadamente na década de 1870, intensificando-se nas primeiras décadas do século XX.

Como exposto no item anterior, o capitalismo, a partir da supracitada data, passa a assumir uma forma modificada, caracterizando-se, a partir deste momento, como um sistema econômico dominado por grandes empresas em diversas esferas.

O cenário socioeconômico descrito no capítulo anterior apresentou as bases materiais em que se processa a alteração da estrutura socioeconômica do capitalismo. É nesse contexto que surge o marginalismo como movimento econômico, deslocando o centro de preocupações de um expressivo número de economistas, ao substituir a teoria valor-trabalho pela teoria valor-utilidade.

12 Na segunda edição do seu livro, Jevons realiza a substituição do termo *Economia Política* por *Economia*, por julgar “mais simples e conveniente”. Em suas palavras: “Não posso deixar de pensar que seria bom desfazer-se, o mais rapidamente possível, do obsoleto nome composto e problemático de nossa ciência”. (JEVONS, 1983, p. 06).

O leitor, a partir deste momento, será conduzido à articulação entre esses dois processos. Não é objetivo deste estudo caracterizar pormenorizadamente o marginalismo econômico. A lacuna que encontramos no momento de seleção do referencial bibliográfico, já sinalizada na introdução deste estudo, é de uma exposição que não se limite a caracterização do marginalismo, mas sim, que antes de tudo, o situe na dinâmica da reprodução capitalista - pois somente por via deste manejo dialético conseguimos descortinar o véu do conteúdo de classes implícito no surgimento deste novo paradigma na ciência econômica.

4.1 O NOVO PARADIGMA NA ECONOMIA POLÍTICA: A TEORIA SUBJETIVA DO VALOR

O propósito do terceiro capítulo deste estudo consistiu em demonstrar que não se trata de uma coincidência histórica que a consolidação de uma teoria do valor articulada aos interesses de classe da burguesia¹³ se dê concomitante a uma dinâmica de acumulação que vincula-se intimamente à elevação da composição orgânica do capital.

Uma composição orgânica de capital elevada, como vimos no capítulo anterior, significa uma proporção de capital constante (matéria prima e meios de produção) maior em relação à proporção de capital variável (força de trabalho). O leitor mais atento deve lembrar-se que, atrelado à redução do componente de capital variável na composição orgânica de capital, operam-se, sobretudo por via das inovações tecnológicas, processos de intensificação do trabalho. Em outras palavras: a redução da demanda por força de trabalho é acompanhada por um processo de intensificação da exploração do trabalho, ou de uma maior extração de mais-valia relativa. Logo, uma teoria que apresenta o trabalho como elemento central na determinação do valor não serve, ideologicamente, para a burguesia enquanto classe dominante.

Vejamos: se o trabalho não é mais central para determinar o valor, perde-se o eixo explicativo que direciona à explicação da exploração do trabalho, bem como da extração do lucro a partir do excedente de valor criado pelo trabalhador no processo produtivo. Com essa

¹³ Neste momento histórico, a burguesia está consolidada como classe dominante e, instaurando o seu domínio de classe, “(...) experimenta uma profunda mudança: renuncia aos seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe conservadora, a burguesia cuida de neutralizar e/ ou abandonar os conteúdos mais avançados da cultura ilustrada. Por seu turno, as classes e camadas sociais que, ao lado da burguesia revolucionária, articularam o bloco social do Terceiro Estado e agora viam-se objeto da dominação burguesa trataram de retomar aqueles conteúdos e adequá-los a seus interesses. (NETTO, BRAZ; 2012, p 32, grifo nosso).

projeção, a análise acerca da teoria do valor-utilidade como matriz explicativa do novo paradigma na economia política não pode ser desassociada do horizonte de processo de legitimação da classe capitalista.

Diante da nova configuração que o capitalismo assume no início da década de 1870, poderia parecer que os economistas abandonariam a concepção da “mão invisível” de Adam Smith – a qual baseava-se na análise de uma economia composta por inúmeras empresas pequenas. A partir do que postulava este autor, não havia espaço para uma única empresa exercer uma influência significativa sobre todo o mercado.

Sabe-se que, na perspectiva da economia política clássica “a visão da economia capitalista combinava com o individualismo e com o hedonismo moral do utilitarismo” (HUNT, LAUTZENHEISER; 2012, p. 356), com isso abria-se o precedente para a justificação do sistema capitalista como um sistema econômico harmônico. Dessa forma:

Embora os escritos de Smith e Ricardo combinassem essa visão [individualismo e hedonismo moral do utilitarismo] com uma perspectiva da teoria do valor-trabalho que levava a conclusões muito diferentes, Bentham, Say, Senior e Bastiat tinham ido além, **dissociando a perspectiva individualista, utilitária, das “perigosas” conclusões a que tinha chegado a perspectiva da teoria do trabalho, de que haveria conflitos de classes.** (HUNT, LAUTZENHEISER; 2012, p. 357, grifo nosso).

No último quartel do século XIX, mais precisamente quando a tendência à concentração e centralização de capitais estava ganhando força, foram publicados três livros que ganhariam destaque na Economia, são eles: Teoria de Economia Política (*The Theory of Political Economy*), de William Stanley Jevons; Princípios de Economia (*Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*), de Carl Menger – ambos publicados em 1871. Três anos mais tarde, ocorre a publicação de Elementos de Economia Política Pura (*Éléments d’Economie Politique Pure*), de Léon Walras.

Os autores supracitados inauguram um novo paradigma na economia política: a teoria subjetiva do valor, que faz da utilidade a fonte explicativa dos preços. As abordagens realizadas por Jevons, Menger e Walras eram bastante semelhantes, porém guardavam algumas importantes diferenças. Sobre esse aspecto, Hunt e Lautzenheiser (2012), acrescentam que esses autores

(...) [deram] prosseguimento à perspectiva individualista e utilitarista de Say, Senior e Bastiat. Cada autor elaborou, de forma independente, uma solução coerente em termos de lógica do paradoxo da água e do diamante, que levava Smith à conclusão de que não havia uma relação direta entre utilidade e valor de troca. Esse paradoxo nunca fora resolvido adequadamente por Say, Senior e Bastiat, muito embora esses três pensadores tivessem insistido em dizer que a utilidade era o determinante do valor de troca. (HUNT, LAUTZENHEISER; 2012, p. 357-358)

Destarte, convém sublinhar que bem antes desses autores, Jean-Baptiste Say, que intitulava-se discípulo de Adam Smith, apresentava a utilidade como a medida do valor propondo-se corrigir algumas debilidades do pensamento smithiniano, uma delas, na palavras do próprio autor, consiste em Smith “atribui[r] somente ao trabalho a capacidade de produzir valores [e, com isso,] atribuindo pouca importância à ação da terra e nenhuma aos serviços prestados pelos capitais” (SAY, 1983, p. 54).

A passagem a seguir, demonstra a defesa de Jean-Baptiste Say ao princípio da utilidade como determinante do valor. Para este pensador: "o valor que os homens atribuem às coisas tem seu primeiro fundamento no uso que delas pode fazer. (...) [Assim], só há verdadeira produção de riqueza onde existe criação ou aumento de utilidade". (SAY, 1983, p. 68-69).

Desta feita, as ideias de Say, assim como as de Senior e Bastiat, permitem que Jevons, Menger e Walras ampliem¹⁴, refinem e sistematizem a teoria do valor-utilidade, a qual configura-se como o sustentáculo da economia ortodoxa neoclássica. Destarte:

Não há dúvida de que, por terem sido os primeiros pensadores a propor uma teoria do valor coerente com a perspectiva filosófica geral utilitarista, **os economistas conservadores posteriores consideraram suas teorias como uma “revolução” no pensamento econômico, referindo-se à década de 1870 como um divisor de águas entre a Economia clássica antiquada e a Economia neoclássica moderna e científica.** (HUNT, LAUTZENHEISER; 2012, p. 358)

É sobre este divisor de águas (a teoria valor utilidade) que discorreremos neste tópico. Contudo, antes, convém aprofundar as divergências sinalizadas anteriormente entre Jevons, Menger e Walras. No entender de Teixeira (2003) Menger compartilha com Walras e Jevons a ideia de que a fonte do valor é a utilidade e não mais o trabalho, como entendiam Smith e Ricardo; porém diverge radicalmente daqueles no plano metodológico e antropológico. Que ele mesmo diga:

[Menger entende a Economia Política como] um todo organicamente articulado, em que cada parte é ajustada para formar uma totalidade de sentido. Da mesma forma como se constrói uma casa, arquiteta-se a estrutura conceitual da economia. Como os blocos constituem os elementos simples a partir dos quais se edifica uma casa, na economia, esses blocos, como entende Menger correspondem aos fenômenos econômicos mais simples, que devem ser conhecidos e concatenados, segundo o nexo de causalidade por que se ligam entre si. Este é o caminho que o teórico da economia deve proceder: reduzir os complexos fenômenos da economia aos seus elementos mais simples, acessíveis a observação do pesquisador, para descobrir a importância de cada um e, assim, investigar como se pode daí evoluir para compreender os fenômenos

14 No entender de Hunt (2012), a mais importante a ampliação foi realizada por Walras no que se concerne à concepção de equilíbrio econômico geral. Sobre este aspecto consultar o capítulo “a teoria do equilíbrio econômico geral, de Walras”. In: HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, Mark. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

econômicos mais complexos. O método seguido por ele [Menger] não lembra em nada o método abraçado por Jevons e Walras. Referindo-se a este último, Menger o censura por conta da matematização que ele faz da economia. Ora, argumenta ele, a economia não pode ser uma ciência matemática porque não trabalha com quantidades; pelo contrário, sua preocupação é investigar a essência do valor, da renda da terra, do lucro etc. Quer investigar a essência dos fenômenos econômicos para, então, conhecer suas leis exatas. (TEIXEIRA, 2003, p 03-04).

No plano antropológico, a divergência com relação à chamada escola marginalista é bem mais acentuada:

Muito diferente do que pensam Jevons e Walras, para os quais os agentes econômicos têm perfeito conhecimento de mercado, Menger entende que os indivíduos não possuem tal conhecimento. Para ele, o mercado não é uma instituição transparente, mas, sim, o lugar da incerteza, do risco e da busca de informações. São duas concepções de homem completamente diferentes. Para Jevons e Walras o homem de carne e osso é reduzido a um abstrato homem econômico, que não pensa nem age como indivíduo ativo; nem é necessário. Para que pensar, se o mundo é totalmente transparente? Por que buscar informação, num mundo onde só há certeza? Não é assim que entende Menger. Para ele, como a economia não é um mundo transparente, o homem é obrigado a agir e a planejar suas ações para enfrentar as incertezas de mercado. (TEIXEIRA, 2003, p 04).

Com isto, convém destacar que apesar de Jevons, Menger e Walras pertencerem ao mesmo paradigma teórico, a saber: a teoria subjetiva do valor, isso não os faz pensar do mesmo modo. Estão, assim, “separados em campos diretamente opostos. Realmente, não só têm concepções metodológicas diferentes, como também entendem de forma radicalmente distinta o ‘homem econômico’.” (TEIXEIRA, 2003, p. 05). Por conta dessas concepções metodológicas distintas e da forma radicalmente distinta de conceber o ‘homem econômico’, não há espaço, segundo Teixeira (2003) para considerar Menger um marginalista¹⁵, assim como o é Jevons e Walras.

Com isso, estamos aptos a ingressar na exposição dos principais elementos de investigação da teoria valor-utilidade. Uma questão que requer, antes, a apresentação de alguns elementos acerca da doutrina da troca.

Evidente que um novo paradigma na Economia Política se ergue a partir do diálogo e crítica com o paradigma que o antecede. Nesse sentido, Menger critica Adam Smith

por ter pensado a troca como um dos princípios constitutivos da natureza humana, como se daí pudesse concluir, como de fato o fez, que **intercâmbio de mercadorias é um fim que se justifica por si mesmo**. Partindo dessa conclusão, Menger julga que Smith teria, dessa forma, desvirtuado o próprio fim da economia, que é o de promover a produção da vida e do bem-estar geral dos homens. **Se a economia existe em função**

¹⁵ Esse equívoco, no entender de Teixeira (2003), deve-se aos manuais de história do pensamento econômico, que não estão interessados em investigar como surgem tais diferenças, mas, sim, preocupados unicamente em narrar e catalogar as ideias econômicas.

dos homens, de suas necessidades, a troca só pode ser vista como um meio; nunca como um fim. (TEIXEIRA, 2022, p. 133)

Entende-se, a partir do exposto, que para Menger a troca é um meio e não um fim que se justifica por si mesmo, como acusa Adam Smith de assim concebê-la. Aquele autor concebe a economia como uma atividade predeterminada pelo ser humano, que significa:

(...) entendemos por atividade econômica predeterminada aquela atividade voltada para atender as nossas necessidades materiais. Se resumirmos o que foi previamente dito (...), é claro que a economia, fundamentalmente, significa uma diligência através da qual satisfazemos nossas necessidades, diretamente com os bens disponíveis (...). A economia nada mais é do que o caminho que viajamos de um ponto de partida previamente indicado da atividade humana, para um objetivo preliminarmente desejado [tradução livre]. (MENGER, 1996, p. 204)

Pelo exposto, infere-se que, no entender de Menger, o sentido da economia não está nas coisas, e sim, no ser humano. Uma passagem da sua principal obra, *Princípios de Economia Política*, não deixa nenhuma dúvida acerca disso:

as necessidades derivam de nossos instintos e impulsos, e estes estão radicados em nossa natureza; o não atendimento das necessidades tem como consequência o aniquilamento, levando o atendimento insuficiente à mutilação de nossa natureza. Por outro lado, atender às próprias necessidades significa viver e prosperar. Por conseguinte, zelar pelo atendimento das nossas necessidades significa o mesmo que zelar pela nossa vida e pelo nosso bem-estar; isto constitui o mais importante dos empenhos, pois representa o pressuposto e a base de todos os demais cuidados e empenhos do homem. (...) Se dispusermos de todos os bens necessários para atender às nossas necessidades, o atendimento concreto dependerá simplesmente de nossa vontade; com isso, nosso objetivo está praticamente assegurado, pois nesse caso a vida e o bem-estar estão em nossas mãos. (MENGER, 1983, p. 259).

Ora, não é preciso gastar muitas linhas apresentando a crítica de Menger a Smith no que se concerne a troca como um dos princípios fundamentais da natureza humana. Conforme já afirmamos, Menger discorda desta concepção e concebe a troca como um meio que deve estar direcionado ao atendimento das necessidades humanas. Para este autor, “a economia existe em função do homem; não este, em função daquela. Sem necessidades e desejos, não teria sentido nem a economia nem um sistema econômico”. (TEIXEIRA, 2022, p. 134).

A concepção de troca de Menger - demonstrando que a troca não é uma qualidade inata dos seres humanos, pressupõe uma teoria do valor que case com essa perspectiva.

De fato, um dos princípios que movem a troca é justamente o fato de que um dos indivíduos deve possuir certa quantidade de bens que, para ele, tem utilidade menor que as outras quantidades de bens que estão em mãos do outro indivíduo, com quem estabelece uma relação de troca. A troca prossegue, então, até o ponto em que cada

um dos parceiros do intercâmbio receba tanto quanto tenha de abrir mão em termos de utilidade. (TEIXEIRA, 2022, p. 139)

Com isso, percebe-se que a utilidade de determinado bem depende da importância que o indivíduo atribui a ele - a importância que ele tem no tocante à satisfação de suas necessidades.

Assim sendo, “determinado bem terá maior ou menor valor para um indivíduo, dependendo da utilidade que este bem tem para ele; quanto maior for a utilidade, maior será o seu valor; quanto menor a utilidade, menor valor terá o bem em causa”. (TEIXEIRA, 2022, p. 139).

Visto deste prisma, o valor, para Menger,

é a importância que determinados bens concretos - ou quantidades concretas de bens - adquirem para nós, pelo fato de estarmos conscientes de que só poderemos atender às nossas necessidades na medida em que dispusermos deles. (MENGER, 1983, p. 283).

Pelo exposto, percebe-se que o valor para Menger é uma instância subjetiva, pois depende da avaliação que cada indivíduo realiza de um bem. O leitor deve perguntar-se neste momento: o que isso implica conceber o valor como uma grandeza subjetiva? Ora, se o valor não é mensurado por uma grandeza objetiva, como era na economia política clássica, um mesmo bem pode ter mais de um valor, pois, como vimos, no entender deste autor a utilidade que determina o valor e aquela varia em relação a cada indivíduo. Cabe, a partir do exposto, sinalizar que utilidade para Menger significa: “a aptidão que uma coisa tem para servir à satisfação de necessidades humanas, portanto (a utilidade reconhecida como tal), um pressuposto básico para que uma coisa seja um bem.” (MENGER, 1983, p. 287).

Uma vez que o valor é uma relação e existe a partir de uma conexão com as necessidades humanas, é importante destacar:

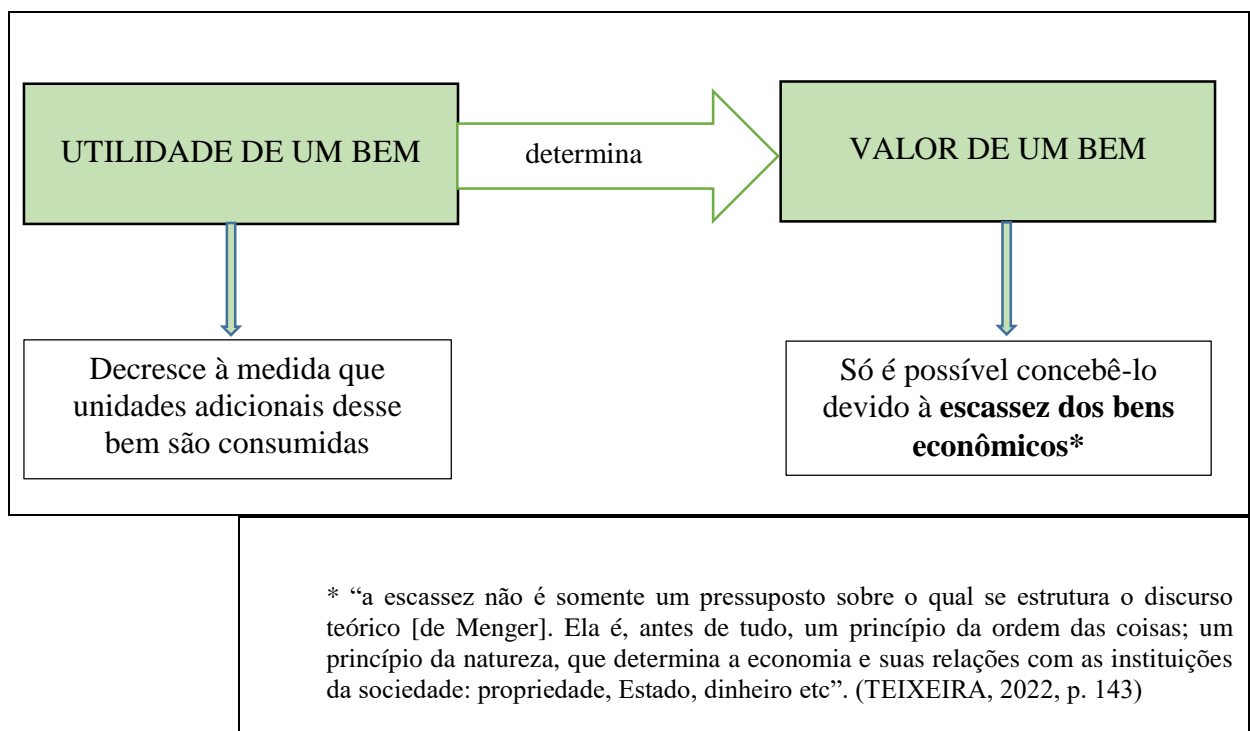
no que concerne à variação do grau de importância das diversas necessidades às quais temos que atender, a experiência mais comum do dia-a-dia nos ensina um fato: as pessoas costumam atribuir grau mais elevado de importância àquelas necessidades de cujo atendimento depende a conservação da vida; e o grau de importância das demais necessidades escala-se de acordo com o grau (duração e intensidade) do bem-estar que depende do atendimento das respectivas necessidades. Se portanto, as pessoas se virem na contingência de escolher entre o atendimento de uma necessidade da qual depende apenas a conservação de sua vida e o atendimento de uma necessidade da qual depende maior ou menor grau de bem-estar, costuma-se dar prioridade a primeira; da mesma forma, darão prioridade à satisfação das necessidades cujo atendimento lhes proporcionar maior grau de bem-estar (portanto, para intensidade igual, duração maior; para duração igual, maior intensidade), dando menor importância às necessidades, cujo atendimento lhes proporciona menor grau de bem-estar. (MENGER, 1983, p. 288).

A partir do que expõe Menger neste trecho de Princípios de Economia Política, pode-se inferir que o valor depende da relação dos bens com as necessidades humanas. Necessidades estas que, conforme afirma o autor, estão hierarquicamente escalonadas segundo uma ordem objetiva. À vista disso, no entender de Teixeira (2022) o valor, mesmo dependente da avaliação subjetiva de cada indivíduo, pode ser visto como um fenômeno objetivo.

Dito isto, é importante destacar que a hierarquização de necessidades se dá porque os bens são escassos. Justamente porque os bens¹⁶ são escassos ou, para falar com Menger, a oferta de recursos é limitada, sua utilidade vai depender não do bem em si, mas, sim, de sua relação com as necessidades humanas. (TEIXEIRA, 2022).

À título de síntese do que foi exposto, a figura 1 apresenta, esquematicamente, a teoria do valor em Menger:

Figura 1 – Síntese da Teoria do Valor em Menger



Elaboração própria.

Fonte: “O estranho mundo da economia”, de autoria de Francisco José Soares Teixeira (2022).

¹⁶ Menger diferencia bens econômicos de bens não econômicos. De acordo com o autor: “o que distingue bem não econômico de bem econômico é o fato de o atendimento das necessidades humanas não depender da disponibilidade de quantidades concretas do primeiro, mas de quantidades concretas do segundo; assim sendo, o primeiro tem utilidade, ao passo que o segundo, além de utilidade, também tem para nós a importância que denominamos valor.” (MENGER, 1983, p.288-289).

Jevons publica seu livro, *Teoria de Economia Política*, em 1871, mesmo ano em que Menger publica sua obra *Princípios de Economia Política*. Estes autores compartilham com Walras a premissa que o valor dos bens é determinado pela utilidade. Como já expusemos, o princípio da utilidade como determinante do valor de um bem refere-se à capacidade que as coisas têm de satisfazer necessidades humanas. Dito de outro modo:

com o aumento do consumo de certo bem, por exemplo, a satisfação obtida tende a diminuir até o ponto em que a última quantidade consumida não mais agregue nenhuma unidade adicional de utilidade ao consumo total. Neste ponto de saturação, isto é, de satisfação plena da necessidade, a utilidade proporcionada pela última unidade consumida determina o valor do bem em causa, o que equivale a dizer que, em geral, o valor dos bens é determinado pela utilidade marginal. (TEIXEIRA, 2022, p. 176).

Já explicitamos que Menger, Jevons e Walras fundamentam suas análises na teoria do valor-utilidade, contudo há entre eles diferenças que merecem destaque. A priori convém sinalizar que Jevons discorda da noção de utilidade marginal decrescente defendida por Menger. Ao admitir a divisibilidade infinitesimal dos bens, afirma que “se a economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática” (JEVONS, 1983, p. 43) e continua:

(...) Minha teoria de Economia é de caráter puramente matemático. Mais ainda, acreditando que as quantidades com as quais lidamos devem estar sujeitas a variação contínua, não hesito em usar o ramo apropriado da ciência matemática, não obstante envolva a consideração ousada de quantidades infinitesimais. A teoria consiste no cálculo diferencial aos conceitos familiares de riqueza, utilidade, valor. ((JEVONS, 1983, p. 43)

Assim, no pensamento de Jevons (1983) a utilidade de um bem decresce à medida que quantidades infinitesimais são consumidas. Como esse processo ocorre? A citação a seguir nos conduz à elucidação deste processo:

Tudo se passa como se um indivíduo qualquer pudesse aumentar a sua satisfação global consumindo, por exemplo, doses sucessivas infinitesimais de camisas, até atingir um ponto máximo, a partir do qual nenhuma unidade adicional desse bem aumentaria a utilidade total; mais do que isto: qualquer consumo além desse ponto reduziria a utilidade, podendo até torná-la negativa. Se é assim, um indivíduo poderia atingir este ponto, consumindo duas camisas e uma infinitésima parte de uma terceira, imaginando-se que, com essa última unidade, sua necessidade de camisas estaria plenamente saciada. (TEIXEIRA, 2022, p. 177).

Com o propósito de sistematizar a apreensão do leitor ao que foi exposto, apresentamos o quadro 1, o qual demonstra as nítidas diferenciações já sinalizadas neste estudo entre os

pensamentos de Jevons e Menger; e o quadro 2, o qual apresenta as nítidas diferenciações entre o pensamento de Walras e Menger.

Quadro 01 – Contraposições entre os pensamentos de Menger e Jevons

	PENSAMENTO DE JEVONS	PENSAMENTO DE MENGER
Noção de utilidade marginal decrescente	Admite a ideia da divisibilidade infinitesimal dos bens.	Trabalha com variações discretas para a mensuração do grau de utilidade
Investigação da Economia	Concebe a Economia como uma ciência matemática, por excelência; todos os seus conceitos podem e devem ser representados analiticamente.	Concebe que a economia investiga a essência dos fenômenos, a qual não pode ser revelada mediante a aplicação de equações matemáticas.
Comportamento do agente econômico	Para representar, analiticamente o comportamento do agente econômico, Jevons é obrigado a lançar mão da hipótese de que as preferências dos indivíduos permanecem constantes; não mudam com o tempo.	Não faz uso desse tipo de restrições hipotéticas, visto não trabalhar com representações idealizadas da realidade. Concebe que as necessidades humanas são históricas, isto é, os bens podem até perder sua utilidade se as necessidades mudam, por conta de alterações no gosto das pessoas.

Elaboração própria.

Fonte: “O estranho mundo da economia”, de autoria de Francisco José Soares Teixeira (2022).

Quadro 02 – Contraposições entre os pensamentos de Walras e Menger

PENSAMENTO DE WALRAS	PENSAMENTO DE MENGER
A economia trabalha com quantidades	A economia não trabalha com quantidades; sua tarefa é investigar a essência do valor, da renda da terra, do lucro etc.
As leis da troca são expressas matematicamente.	Equações matemáticas não permitem compreender as leis exatas da economia.
A matemática trabalha com fatores mensuráveis, com funções ou fenômenos independentes.	A economia tem de construir um sistema, do mesmo modo como se constrói uma casa com blocos, os quais correspondem aos elementos simples da economia, a partir dos quais se reconstrói, no plano teórico, a ciência econômica enquanto um todo organicamente articulado.

Elaboração própria.

Fonte: “O estranho mundo da economia”, de autoria de Francisco José Soares Teixeira (2022).

De tal maneira, percebe-se que mesmo partindo de um mesmo paradigma (o valor utilidade), Jevons e Menger chegam a conclusões muito distintas no que se concerne a compreensão das dinâmicas econômicas. No que refere as distinções mencionadas, temos que:

Não poderiam ser tão diferentes os resultados a que chegam Jevons e Menger. Para [Jevons] o mundo da economia é um mundo totalmente transparente; nele não há incertezas nem crises; todos têm perfeito conhecimento de suas necessidades e de como satisfazê-las. Se é assim, nada é exigido do indivíduo; este age sob o império do princípio da utilidade, que manda que cada um maximize sua satisfação e minimize seus sacrifícios. Para [Menger], o mundo da economia é marcado pela incerteza, que aumenta à medida que a economia se desenvolve e se torna mais complexa. Em consequência, ninguém tem perfeito conhecimento do mercado, o que vai exigir dos indivíduos um comportamento ativo e não passivo, como é o agente racional de Jevons. (TEIXEIRA, 2022, p. 182)

Ademais, Jevons concebe a economia a partir da seguinte perspectiva metodológica: esta ciência, no seu entender, deve descrever a realidade da forma que ela se apresenta ao observador. Dessa forma, “acredita-se que, independentemente de qualquer posição teórica, a realidade é capaz de falar por si, de revelar-se ao observador independente de qualquer julgamento de valor”. (TEIXEIRA, 2003, p. 111). Ora:

uma ciência que parte da ideia de que a observação dos fatos é capaz de reproduzir a realidade tal qual esta se apresenta ao observador; portanto uma ciência que pressupõe que o dado se impõe ao pesquisador, porque contém tudo que é preciso ser conhecido; uma ciência assim é, por natureza, **neutra**. Nela não entra julgamento de valor, pois se trata de uma forma de conhecimento preocupada, unicamente, com o que existe, com o que está aí e é, por conseguinte, passível de ser constatado por qualquer cientista. (TEIXEIRA, 2003, p. 113, grifos originais).

De acordo com Teixeira (2003, p. 111) o positivismo moderno entende a ciência como “uma forma de saber, em que a certeza do conhecimento é garantida não somente mediante sua referência ao mundo empírico, como também por meio de procedimentos metodológicos”. À vista desta perspectiva, temos que a experiência sensível não consiste no único critério de certeza do conhecimento, pois:

ao lado da certeza sensível, igualmente importante é a certeza metódica; ou seja, os procedimentos mediante os quais o cientista tem acesso ao mundo dos fatos; ou, se se preferir, as regras metodológicas que devem ser observadas pelo pesquisador em seu trabalho de investigação da realidade. Para Jevons, certeza sensível e certeza metódica devem andar de mãos dadas. (TEIXEIRA, 2003, p. 111).

Jevons, ao criticar Stuart Mill no que se concerne à teoria ricardiana do valor, afirma:

se tivesse ele [Mill] contentado em afirmar a verdade inquestionável das Leis da Oferta e da Procura eu teria concordado com ele. Como estão apoiadas em fatos, essas leis não podem ser abaladas por nenhuma teoria. (JEVONS, 1983, p. 03)

A partir do exposto verifica-se que Jevons concebe as leis da oferta e demanda como verdades inquestionáveis, haja vista que se apoiam nos fatos, na experiência como certeza condutora do conhecimento científico. Porém, além disso:

A exigência de exatidão no conhecimento requer mais do que a certeza empírica conferida pela certeza sensível. Ao seu lado, exige-se a certeza metódica, que confere ao conhecimento validade intersubjetiva, isto é, reconhecimento universal. Realmente (...) o caráter indiscutível da lei da oferta e demanda deve-se, também, ao fato de se referirem a relações entre quantidades de bens ofertados e demandados no mercado; ora, tais relações, porque quantitativas, são objetos de análise matemática rigorosa, inquestionável, como todos os outros conceitos econômicos. (...) Procurei chegar a conceitos quantitativos precisos sobre Utilidade, Valor, Trabalho, Capital etc., e com frequência me surpreendi ao descobrir quão claramente alguns dos conceitos mais difíceis, especialmente o conceito mais intrincado, o de Valor, admitem análise e expressão matemáticas. (JEVONS, 1983, p. 04)

Analisando este processo, Teixeira afirma que “enquanto ciência matemática, a Economia é necessariamente uma ciência positiva”. (TEIXEIRA, 2003, p. 113). Na segunda edição do seu livro, Jevons realiza a substituição do termo:

Economia Política pelo termo simples e conveniente de Economia. Não posso deixar de pensar que seria bom desfazer-se, o mais rapidamente possível, do obsoleto nome composto e problemático de nossa ciência. (JEVONS, 1983, p. 06, grifo nosso)

A inadequação do termo Economia Política e sua conseqüente substituição pelo termo Economia não é obra do acaso, pois, uma vez que Jevons concebe a Economia como uma ciência matemática; a qual explica as dinâmicas econômicas a partir da aplicação do cálculo diferencial, não há espaço para compreender o que medularmente configura a sociedade capitalista: o processo de extração de mais-valia mediante a exploração do trabalho não pago.

No mundo da economia matematizada, regida pelo princípio da utilidade, não parece haver espaço para explicação do lucro obtido mediante apropriação, por parte do capitalista, do excedente de valor produzido pelo trabalhador. Por uma conseqüência lógica, não há espaço para que a exploração entre em cena e, por obviedades mais nítidas, não há espaço para antagonismos de classes sociais.

Pelo exposto, fica nítido que, com a substituição da teoria valor trabalho pela teoria valor utilidade:

os donos dos meios de produção encontram na economia, porta-vozes que transformam essa ciência numa teoria mecânica da utilidade, reduzindo o trabalho a um fator de produção entre outros. **A partir daí a economia se converte numa ciência [da] harmonia, [realizando] o interesse geral de todos os indivíduos.** (TEIXEIRA, 2022, p. 132).

Com isso, lança-se as bases para compreensão da perspectiva ideológica ao qual o marginalismo se vincula, abrindo um leque de exposição que permite compreender de que forma a economia se converte numa ciência da harmonia, numa teoria mecânica da utilidade.

4.2 A PERSPECTIVA IDEOLÓGICA DO MARGINALISMO

O trânsito de terminologia que opera nas ciências econômicas entre meados e final do século XIX, consolidando-se no início do século XX; significa, ao fim e ao cabo, o triunfo da interpretação positivista de ciência e dos seus procedimentos de investigação – processo este que vai muito além das ciências econômicas.

Vejamos: se o que fundamenta o positivismo é a neutralidade do saber, ou, dito de outro modo, a recusa de aspectos ideológicos nos procedimentos científicos, a Economia:

se quer sustentar um verdadeiro estatuto científico, deve privilegiar a observação e constatação empírica para a explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, sem julgamentos de valor, purificar-se de todo e qualquer resquício ideológico. **Não poderia, portanto, continuar sustentando o qualificativo política à sua denominação.** (CARCANHOLO, 2021, p. 13).

Esse processo, como mencionado anteriormente, não é restrito a economia, ocorre nas ciências sociais como um todo, que, a partir deste momento, passam a direcionar-se por uma concepção positivista de ciência.

Desta feita, o termo *Economia* ganha destaque e substitui gradualmente o termo *Economia Política* como denominação de referência às ciências econômicas, porém esta terminologia “persistiu resistentemente, mesmo sendo desprezada, e até ridicularizada pelo mainstream econômico, já pretensamente purificado de qualquer vestígio ideológico” (CARCANHOLO, 2021, p. 13) pois:

A partir da consolidação da hegemonia neoclássica e marginalista no pensamento econômico, a Economia Política passou a significar, não sem fricções e contradições insolúveis entre seus membros, algo parecido como o conjunto de perspectivas críticas – umas mais outras menos – à hegemonia estabelecida. Nesse sentido, a Economia Política ganharia um sentido muito próximo do que se chama heterodoxia econômica, enquanto uma negação, contraposição, da teoria econômica neoclássica (ortodoxia). (CARCANHOLO, 2021, p. 13).

O processo de esfacelamento da economia política clássica, e mais notadamente das teorias que tinham como centro da sua preocupação a compreensão do conjunto da vida social, instala-se no pensamento social porque “movimento histórico objetivo contradiz a ideologia burguesa”. (LUKÁCS, 1968, p. 99). Considerando o exposto, não se pode perder de vista que uma sociedade estruturada a partir dos antagonismos de classe é, inevitavelmente, permeada pela luta ideológica. Sendo assim:

Na produção de ideias e, por conseguinte, no conhecimento científico também estão situadas as alterações ideológicas (...) principalmente após a consolidação das diversas áreas do conhecimento (sociologia, história, **economia**, filosofia, psicologia), com suas metodologias particulares que, em muitos casos, **esforçam-se para diluir a perspectiva teórico-filosófica que apresente a possibilidade da crítica social aliada à transformação social.** (LARA, 2013, p. 92)

Para compreender este processo é imprescindível o resgate da categoria decadência ideológica¹⁷ desenvolvida por Georg Lukács, uma vez que:

¹⁷ “A decadência ideológica denunciada por Marx e Engels e interpretada por Lukács, é o período claramente marcado pela tentativa de os ideólogos burgueses produzirem conhecimentos que têm como premissa a evasão da realidade social, com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital. Lukács analisa o desenvolvimento da apologética burguesa e a mistificação do pensamento social, demonstra a relação entre as

Em oposição às teorias que objetivam justificar a acumulação capitalista e naturalizar a exploração da força de trabalho, **a categoria decadência ideológica oferece importantes elementos para a compreensão das ideologias que se propõem neutras e antiontológicas, presentes no pensamento social com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero e, principalmente, ao esquecimento das análises sobre a luta de classes, o trabalho alienado, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a revolução social.** Várias ramificações das ciências do espírito esforçam-se para desenvolverem tradições científicas apologéticas e, em consequência, um discurso ideológico que busca, a qualquer custo, justificar as contradições sociais e negar uma “concepção da História que veja na luta de classes a força motriz do desenvolvimento e no capitalismo uma forma social transitória” (LUKÁCS, 1968, p. 74 *apud* LARA, 2013, p. 93, grifo nosso).

É neste processo que a teoria social abandona a preocupação com a totalidade da vida social e “começa a ser substituída pela apologética”. Isto ocorre com a tomada do poder político pela burguesia e, simultaneamente, a luta de classes entra em cena, com o protagonismo emergente do proletariado. Assim sendo, a concepção teórico-ideológica burguesa, a partir de 1848, preocupa-se em amenizar os conflitos sociais e retirar das surgentes ciências do espírito qualquer compreensão ou categorização teórica que analise a essência da acumulação capitalista (LARA, 2013, p. 92). À vista disso, a teoria valor trabalho foi abordagem teórica mais contestada e, visando amortizar os conflitos da classe burguesa com o marxismo e a teoria da mais-valia, se dá o surgimento da teoria da utilidade.

Nesse sentido, um dos objetivos ideológicos do marginalismo neoclássico era silenciar a explicação da sociedade capitalista elaborada por Marx. Para tanto, o marginalismo neoclássico fundamenta-se na concepção do indivíduo como maximizador racional e calculista. Este indivíduo:

(...) nunca foi um reflexo exato do comportamento da maioria das pessoas em uma sociedade capitalista. Os trabalhadores, em sua maioria, provinham de famílias em que os padrões de consumo eram socializados de modo a se transformar em hábito e a ficar relativamente cristalizados. Não há dúvida de que, se uma mercadoria que eles consumissem habitualmente subisse de preço abruptamente, seu poder aquisitivo limitado obrigá-los-ia a ajustar seus padrões de consumo; mas **as ideias de calcular racionalmente utilidades marginais, comparar razões de utilidade com razões de preços e ajustar as compras de modo a atingir um ‘máximo de prazer’ sempre foram totalmente estranhas aos processos mentais de quase todos os trabalhadores.** (HUNT; LAUTZENHEISER; 2012, p. 393, grifo nosso)

distorções espirituais da ideologia contrarrevolucionária presente nas ciências do espírito e, por conseguinte, a evolução teórico-ideológica da sociedade capitalista como processo de amenização nas análises sociais que criticassem a ordem social dominante”. (LARA, 2013, p. 93).

A noção de utilidade marginal desenvolvida pelos marginalistas conseguiu demonstrar o que Say, Senior e Bastiat inferiram, porém não obtiveram êxito na demonstração: que a utilidade determinava os valores. Assim,

Embora isso fosse, sem dúvida alguma, um grande progresso em relação às doutrinas dos primeiros teóricos da utilidade, o grande significado das ideias de Jevons, Menger e Walras estava em como eles mudaram a forma da economia utilitarista e não em qualquer grande mudança em seu conteúdo. (HUNT; LAUTZENHEISER; 2012, p. 352).

O marginalismo permitiu que a visão utilitarista da natureza humana, que era considerada somente uma maximização racional e calculista da utilidade, fosse formulada em termos de cálculo diferencial. Esse foi o verdadeiro começo da tendência à formulação matemática (...) das teorias econômicas. (HUNT; LAUTZENHEISER; 2012, p. 352).

Com isso é possível compreender porque economistas que contemplam o rigor matemático como um fim em si mesmo atribuem tanta relevância ao pensamento de Jevons e Walras como os mais importantes criadores da moderna teoria econômica. Menger, por sua vez, como vimos no item anterior, não visualizava a matemática como instância de expressão da teoria econômica.

A Economia Política, por sua vez, vai na contramão do exposto e pode ser entendida, na atualidade “como uma tradição que reconhece que os fatos econômicos não são meramente econômicos, são sociais e, portanto, envolvem inseparavelmente outras esferas (política, histórica, sociológica, etc.)”. (CARCANHOLO, 2021, p. 13). Além disso, é relevante destacar que:

a Economia Política não mistifica o indivíduo no capitalismo, tratando-o como ele é, um ser inerentemente social e, portanto, o seu objeto de estudo envolve interesses, ideologias, visões de mundo, que são inseparáveis dos mal chamados fatos econômicos, inclusive no momento de serem interpretados pelo cientista! A Economia Política, embora pressuponha, não se limita à interdisciplinaridade, isto é, ao tratamento em conjunto da economia, com a história, com a política, entre outros campos do saber. Por mais variadas que sejam as tradições que a compõem, talvez o que permita reuni-las em um mesmo escaninho é seu posicionamento radicalmente contrário à perspectiva metodológica, teórica, ideológica e política implícita na **Economics**. (CARCANHOLO, 2021, p. 13, grifos originais).

Desta feita, o surgimento do marginalismo na teoria econômica, atrelando o valor à teoria da utilidade marginal “cortou os últimos laços que uniam a economia à tradição da economia política clássica. O elemento principal desta ruptura consiste na atribuição de significação subordinada ao trabalho” (KOFLER, 2010, p. 229).

A burguesia liberal, ancorada nos escritos da economia política clássica para construir o seu domínio de classe e combater a propriedade feudal, defende um princípio do trabalho que, à luz dos movimentos econômicos e históricos apresentados neste estudo, passa a representar um perigo para o seu domínio de classe - razão pela qual a teoria econômica precisa assumir um novo direcionamento sustentado na perspectiva do valor utilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela, ao investigar como operam os movimentos de concentração e centralização do capital frente a dinâmica de conversão de mais-valia em novo capital no final do século XIX, inferiu que não se trata de uma coincidência histórica que a consolidação de uma teoria do valor articulada aos interesses de classe da burguesa se dê concomitante a uma dinâmica de acumulação que se vincula intimamente à elevação da composição orgânica do capital.

Esta não é a única chave analítica para compreender o surgimento do marginalismo na teoria econômica. Munidos desta chave de análise, possivelmente não seja possível esgotar todas as consequências analíticas do movimento marginalista neoclássico para as ciências econômicas; mas sem ela, decerto, anula-se qualquer possibilidade de compreensão deste processo que marca as ciências econômicas até os dias atuais. Neste sentido, a pretensão desse estudo é mais de fornecer elementos para este urgente e necessário debate, do que esgotar a discussão.

Na esteira desse processo, o leitor foi conduzido a verificar que Smith e Ricardo lançam as bases para a elaboração precisa e sistemática da teoria do valor nos escritos de Marx, elaboração esta que permite desnudar o que os economistas clássicos não conseguiram alcançar: a origem da mais-valia.

Inferi-se, pelo estudo desenvolvido, que após 1848 a teoria do valor trabalho é descartada do centro das análises do pensamento burguês devido a sua capacidade de propiciar uma investigação das causas do caráter de exploração intrínseco a este sistema, bem como as consequências revolucionárias que poderiam ser extraídas desta análise. Neste panorama, a *Economia Política Clássica* convertida em *Economia* pelo pensamento burguês, marginaliza a teoria valor trabalho e, em alguns casos, a considera não científica.

Sem a centralidade do trabalho como determinante do valor, perde-se o eixo explicativo que direciona à explicação da exploração do trabalho, bem como da extração do lucro a partir do excedente de valor criado pelo trabalhador no processo produtivo. Assim sendo, as particularidades que o processo de acumulação do capital assume a partir da segunda metade do século XIX é base material pela qual o marginalismo se desenvolve na teoria econômica.

O referencial teórico adotado e analisado permitiu inferir a redução da ciência econômica à economia vai além de uma mudança de termos. Configura-se, antes de tudo, em uma mudança de paradigma operada no interior da ciência econômica. A introdução da análise

marginal, que abriu o precedente para a chamada “revolução marginalista”, alterou significativamente a orientação dos estudos econômicos, desencadeando numa exacerbada matematização dessa ciência, o que por muitas vezes a descola da dinâmica de compreensão da realidade brasileira.

O significado do “marginalismo” na teoria econômica, introduzido pelos três pensadores analisados ao longo deste estudo, influencia fortemente a ciência econômica no final do século XIX. Percebe-se, a partir de então que um extravio teórico da teoria do valor como matriz explicativa das dinâmicas econômicas, momento em que o paradigma da utilidade coloca-se como eixo explicativo das dinâmicas econômicas.

Com isso, este estudo se esforça para demonstrar as bases materiais em que a teoria valor utilidade aponta como eixo explicativo da dinâmica econômica, demonstrando que o processo de acumulação capitalista requereu uma matriz explicativa das relações sociais condizentes com o seu horizonte ideológico.

Enquanto as amarras do método analítico foram responsáveis por não permitir com que a economia política clássica compreendesse os elementos que permitiam desvendar o véu da exploração, a questão ideológica se coloca como eixo central para pensar a substituição do paradigma valor trabalho pelo valor utilidade, visto que este último é compatível com uma burguesia consolidada no poder e um modo de produção em desenvolvimento.

Com essas bases históricas o utilitarismo triunfou na ciência econômica, marcando, deste modo, forte presença na matriz curricular da esmagadora maioria dos cursos de graduação do país. Com isso, por tudo que foi exposto, opera-se uma restrição da capacidade de compreensão da essência dos problemas econômicos desta sociedade.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Marcelo. *Economia Política: Ciência e Crítica*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. 59 - edição especial / mai 2021 – jun 2021.

CARCANHOLO, Reinaldo. *Sobre a ilusória origem da mais-valia*. In: Revista Crítica Marxista. São Paulo: v.16, p.76 - 95, 2003.

FRITSCH, Winston. Apresentação a edição brasileira. In: *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

JEVONS, Stanley W., *A teoria da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOFLER, L. *História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

LARA, Ricardo. *Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia*. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro I.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro II.

MARX, Karl. *Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1980.

MENGER, Carl. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENGER, Carl. *Investigations into the Method of Social Sciences*. New York: Libertarian Press, Inc. 1996.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método na teoria social*. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo SP: Cortez, 2012.

RICARDO, David. *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ROSDOLSKI, R., *Gênese e Estrutura de o Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001

RUBIN, I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política* - São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista – Princípios da Economia Política Marxista*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1986

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *O estranho mundo da economia: para uma crítica aos manuais de introdução à Economia*. São Paulo: Praxis, 2022.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: uma leitura de O Capital*. São Paulo: Ensaios, 1995.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

KOSIK, Karel. *A dialética do Concreto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.10, n. esp., p.37-45, 2007.

LUKÁCS, Georg. *Para a ontologia do ser social*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. Tomo I.

LUKÁCS, Georg. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 2011.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Trabalho e Valor: Contribuição para a Crítica da Razão Econômica*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 2

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.